

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO

RODRIGO FERREIRA

LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ:
Uma leitura pós-colonial da série de reportagens *Out of Eden*

Porto Alegre
2015

RODRIGO FERREIRA

LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ:

Uma leitura pós-colonial da série de reportagens *Out of Eden*

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Coorientação: Eutalita Bezerra

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretora: Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice-Diretor: André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
Chefe: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca
Chefe substituto: Enói Dagô Liedke

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Coordenadora: Maria Berenice da Costa Machado
Coordenadora substituta: Ana Cristina Cypriano Pereira

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Rodrigo

Lá e de volta outra vez: uma leitura pós-colonial
da série de reportagens Out of Eden / Rodrigo
Ferreira. -- 2015.
88 f.

Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.
Coorientador: Eutalita Bezerra.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação
Social: Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Jornalismo. 2. Pós-colonialismo. 3. Discurso.
4. Outro. 5. National Geographic. I. Maria Tourinho
Girardi, Ilza, orient. II. Bezerra, Eutalita,
coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Campus Saúde
Bairro Santana
Porto Alegre - RS
CEP: 90035-007
Telefone: (51) 3308-5146
Email: fabico@ufrgs.br

LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ:

Uma leitura pós-colonial da série de reportagens *Out of Eden*

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Aprovado em: ___ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Orientadora)

Eutalita Bezerra (Coorientadora)

Profa. Rosa Nívea Pedroso (Examinadora)

Ma. Ângela Camana (Examinadora)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado **LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ**: Uma leitura pós-colonial da série de reportagens *Out of Eden*, de autoria de RODRIGO FERREIRA, estudante do curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre ____ de _____ de 2015.

Assinatura:

Nome completo do **orientador**: Dra. Profa. Ilza Maria Tourinho Girardi

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras, Ilza Girardi e Eutalita Bezerra, que me acolheram e ajudaram a dar forma a este trabalho.

Agradeço à minha família. Em especial ao meu avô, Joaquim Chaves Ferreira, pelo exemplo de vida, e aos meus pais, Elaine Ferreira e Antônio Felix, pelo suporte e incentivo.

A todos os amigos, fundamentais nessa caminhada e que, no fim das contas, dão sentido à coisa toda. Ao André e ao Caetano, responsáveis por inestimáveis indicações, conversas e ideias. Ao João, por seu inabalável otimismo. Ao Daroit, por entender o valor das pequenas vitórias (e apoiar as empreitadas). Ao Bruno, por estar sempre pronto a provar que ainda não estamos indo lomba abaixo. Ao Pedro, por me tirar de casa (e não me julgar quando eu não saio). E aos amigos de LSSA, Arthur, Júlia, Luan, Ralph e Tavinha, por continuarem presentes.

Agradeço também aos ótimos professores e professoras que encontrei por aí. Em especial, ao Alexandre, à Gláucia e ao Rüdiger, que apesar dos métodos tão diferentes, têm a mesma capacidade de instilar aquela vontade de saber mais.

Por fim, àquela com quem – discutivelmente – mantive minha relação mais longa (que por ora se encerra): meu muito obrigado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública, gratuita e de qualidade, pelos últimos nove anos.

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.

Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

Walter Benjamin, Teses sobre o conceito de História

RESUMO

Esta monografia busca entender como o discurso jornalístico retrata a diferença, o Outro, na série de reportagens *Out of Eden*, escrita por Paulo Salopek, publicada na revista *National Geographic Brasil*. Restringimos nosso corpus as quatro primeiras matérias publicadas na série. Para viabilizar a crítica, buscamos, a partir da perspectiva das teorias pós-coloniais e do sistema-mundo, identificar que Outro é esse, articulando essa ideia com a de audiência presumida; problematizar o lugar do jornalismo enquanto discurso ideológico e a vontade ou necessidade de abarcar aquilo que não é ele, questionando suas autorrepresentações e o discurso de legitimação como elemento fundamental à democracia; e caracterizar as estratégias discursivas utilizadas pelo jornalismo ao lidar com esse Outro, em uma relação calcada em categorias eurocêntricas. Abordamos essas questões a partir do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso.

Palavras-chave: Jornalismo; pós-colonialismo; discurso; Outro; National Geographic.

ABSTRACT

This work examines how the journalistic discourse of the *Out of Eden* series, as published in the *National Geographic Brazil* magazine, portrays difference, the Other. To do that we seek to identify this Other from the perspective of post-colonial and world-system theories, articulating this idea with the concept of presumed audience; discuss journalism's place as ideological discourse and the will or need to embrace that that is different, altogether questioning it's self-representation and it's legitimating discourse as a cornerstone of democracy; also, distinguish which discursive strategies are employed when dealing with this Other, in a relationship based on Eurocentric categories. We address this issues from the theoretical and methodological standpoint of discourse analysis.

Keywords: Journalism; post-colonial; discourse; Other; National Geographic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Rota a ser percorrida por Paul Salopek durante o projeto Out of Eden..... 11

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DO DISCURSO JORNALÍSTICO | 17 |
| 2.1 | Crítica pós-colonial e a atitude textual | 17 |
| 2.2 | Centro e periferia no sistema-mundo | 29 |
| 3 | O LUGAR DO JORNALISMO | 33 |
| 3.1 | Jornalismo como discurso e conhecimento | 33 |
| 3.2 | Jornalismo como discurso sobre o Outro | 37 |
| 3.3 | O discurso ideologizado do jornalismo sobre o outro | 42 |
| 4 | UM PASSO DE CADA VEZ | 46 |
| 4.1 | Metodologia | 46 |
| 4.2 | <i>National Geographic</i>, Paul Salopek e a série <i>Out of Eden</i> | 48 |
| 4.3 | Nós... quem? | 53 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 64 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 67 |
| | ANEXO A – Pelo mundo afora | 71 |

1 INTRODUÇÃO



Figura 1 Rota a ser percorrida por Paul Salopek durante o projeto Out of Eden. Crédito: Jeff Blossom

Cinquenta mil anos atrás os primeiros *Homo sapiens*, nossos ancestrais, começaram uma caminhada. Somos prova e testemunhas dos resultados dessa caminhada. A marcha que levou o ser humano a dominar praticamente a totalidade do planeta é a marcha do homem submetendo o mundo (e outros homens) à sua vontade. Há quem diga que é a evolução da escuridão, da superstição e do medo rumo ao progresso da ciência e da razão. No entanto, há aqueles que veem nessa trilha a desgraça do homem em seu estado de natureza que, corrompido pelas vicissitudes da sociedade, destrói o planeta que lhe pariu. De uma forma ou de outra, segundo contam estudos genéticos desenvolvidos na última década¹, todos nós –

¹ Estes estudos comparam marcadores genéticos encontrados no DNA mitocondrial – passado de mãe para filho – de modo a desvendar a ancestralidade “profunda” da nossa espécie, inclusive oferecendo *insights* sobre os cruzamentos dos primeiros *Homo sapiens* com outras espécies humanóides. Mais informações podem ser encontradas em: <https://genographic.nationalgeographic.com/>; <http://www.scientificamerican.com/article/how-homo-sapiens-became-the-ultimate-invasive-species/>;

humanos – temos como ancestral comum um grupo de pouco mais de mil indivíduos que teriam vivido no *Great Rift Valley* – um vale localizado na porção leste do continente africano – há 50 mil anos.

Esses Adões e Evas teriam seguido uma rota rumo ao nordeste da África, andando pela costa do Mar Vermelho, pelo Bab el-Mandeb – na divisa entre África e Ásia – e chegando à Península Arábica. De lá, teriam percorrido a costa da atual China, rumo ao norte e, então, até o Estreito de Bering, que por vezes se congela, e assim teria permitido que nossos ancestrais chegassem à América. O ponto final dessa trilha seria o fim do mundo, a Terra do Fogo, na Patagônia.

A capacidade de narrar um processo monumental como a colonização da Terra em algumas poucas linhas é uma das grandes vantagens que o *Homo sapiens* teve a seu favor. É sobre a linguagem, que articula a comunicação e nosso pensamento, que a humanidade floresceu.

A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente do conhecimento. (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 96)

O impulso inicial dado pela escrita lançou nossa espécie na história. Ao fixar a palavra, o *Homo sapiens* rompeu a barreira de espaço e tempo que lhe restringia a comunicação. Permitiu o acúmulo e a troca de conhecimento, serviu como extensão de nosso frágil corpo. Esse processo, potencializado pelos meios de comunicação de massa e pelos avanços das ciências naturais e da historiografia, é o que nos permite folhear descompromissadamente uma revista ou um livro e “experimentar” paisagens californianas ou a culinária etíope, “conhecer” a gênese do mundo ou as leis da Roma antiga. Enquanto a História, a Arqueologia e a Biologia investigam detalhes dessa longa jornada – de lá a cá –, um jornalista começou a refazê-la. A pé. Ao longo de sete anos.

Out of Eden é um projeto multimídia encabeçado por Paul Salopek, jornalista estadunidense. O plano parte de resultados de pesquisas arqueológicas que investigam a origem da nossa espécie e a migração do *Homo sapiens*. Com base em dados científicos – a jovem ciência da “genografia” (misto de Geografia, Genética e

Paleontologia) – chegou-se a uma rota, que Salopek usou como base para traçar um caminho que pretende percorrer (Figura 1, p. 11). Enquanto caminha, o jornalista produz reportagens, vídeos e fotos que são publicados de tempos em tempos na revista *National Geographic* e atualizados, com maior frequência, no site do projeto².

O produto dessa estimulante proposta surge como o objeto a ser analisado no presente trabalho. Como a caminhada do jornalista, iniciada em 2013, ainda está ocorrendo, e pelo volume de informações, pretendemos restringir a análise às primeiras quatro reportagens impressas – que coincidem, geograficamente, ao trecho que vai da Etiópia até o Oriente Médio.

O relato de Salopek se destaca pelo inusitado da forma de apuração. Em uma época que exige cada vez mais velocidade na produção e transmissão das notícias e reportagens, um relato de longo alcance, sem prazos definidos para a publicação, se sobressai. Mas essa não é a única característica do projeto que é relevante para este trabalho. Esse tipo de narrativa, espécie de relato de viagem, que tem em seu centro a representação de um Outro (SAID, 2007; LAGO, 2010) apartado geograficamente de forma radical, guarda um potencial para uma experiência de alteridade. A busca pelo Outro, o contato com outros modos de vida, outras culturas (em sentido amplo) oferece a possibilidade de ressignificar nossa vivência e nossas percepções – expandir horizontes. Mas de que forma se dá esse contato com o diferente quando mediado pelo discurso jornalístico?

A revista *National Geographic*, onde foram publicados os textos analisados, é referência nesse tipo de reportagem. Dentre os temas abordados na publicação, é comum a descrição de localidades isoladas onde vivem tribos indígenas, comunidades nômades. São populações de regiões periféricas do mundo, com uma inserção mínima no sistema de produção global. De modo geral, distantes da realidade do leitor brasileiro ou mesmo "ocidental". As reportagens que tratam desses povos falam de seus costumes, suas tradições, sua aparência, de suas relações sociais. Esses grupos humanos são reconstruídos pelos pesquisadores e repórteres dentro das narrativas publicadas – narrativas que, em alguns aspectos, como a descrição dos modos de vida a partir da vivência compartilhada, se assemelham ao trabalho etnográfico.

² <http://www.outofedenwalk.com/>, acesso em outubro de 2015.

Para problematizar as leituras possíveis das reportagens selecionadas, cremos ser importante reconhecer, por um lado, suas condições de produção e, por outro, a relação da linguagem com esse contexto e com as práticas jornalísticas. Assim, a questão que orienta esta pesquisa é: nas reportagens da série *Out of Eden*, como o discurso jornalístico retrata a diferença, o Outro?

Utilizando como ponto de partida os textos selecionados de *National Geographic*, temos como objetivo geral compreender como o discurso sobre o Outro é construído nas reportagens selecionadas. De modo a viabilizar a pesquisa, definimos como objetivos específicos: identificar o Outro do discurso jornalístico a partir da perspectiva das teorias pós-coloniais e do sistema-mundo; problematizar o lugar do jornalismo enquanto discurso ideológico e a vontade ou necessidade de abarcar aquilo que não é ele; caracterizar as estratégias discursivas utilizadas pelo jornalismo ao lidar com esse Outro.

Nosso trajeto começa por uma discussão dos trabalhos do crítico pós-colonial, Edward Said (1995; 2007). A partir desta perspectiva, e dialogando com autores como Castro-Gómez (2000), Araujo (2013), Amadeo e Rojas (2011), e Lander (2005), buscamos subsídios para compreender a relação entre a Europa e os países de história colonial e as consequências dessa relação na cultura. Ainda agregamos à teoria pós-colonial elementos da teoria do sistema-mundo capitalista, especialmente por conta da relação centro-periferia denunciada por autores como Immanuel Wallerstein (1988; 2006). Com isso, esperamos situar a cultura dentro de um marco social, político e econômico específico, que nos forneça elementos para uma crítica das estratégias do discurso jornalístico ao lidar com o Outro.

A seguir, nos debruçamos com mais vagar sobre alguns elementos – o discurso, a linguagem, a ideologia – que permitem uma possível aproximação entre a crítica pós-colonial e as teorias do jornalismo. Aqui também introduzimos temas relacionados à análise de discurso de matriz francesa, dispositivo teórico-metodológico que conjuga diversos aspectos referentes ao tema escolhido e, por isso, consideramos adequado para fundamentar nossa discussão. Apresentamos o jornalismo como construtor da realidade social. Como um discurso sobre o Outro, pois busca sua legitimação social e constrói sua autorrepresentação baseado em ideais democráticos e na pluralidade de vozes. São fundamentais para esse debate as contribuições de Bakthin (1997), Eagleton (2003), Berger e Luckmann (1999), Lago (2010), Benetti (2007; 2008) e Meditsch (1997).

Postas as balizas teóricas de nosso trabalho, nos encaminhamos para a análise do *corpus*. Neste momento, iremos apresentar a *National Geographic* e o projeto *Out of Eden*, pontuando elementos referentes à história da instituição e às propostas de trabalho de Paul Salopek que possam contribuir para uma leitura crítica dos textos selecionados. Recorremos à análise de discurso como dispositivo teórico-metodológico para responder nossas inquietações e alcançar os objetivos propostos.

Quando pesquisamos bancos de teses e dissertações, percebemos que os poucos trabalhos que articulam as teorias pós-coloniais com o jornalismo, o fazem de modo a simplesmente identificar no jornalismo marcas do discurso orientalista, por exemplo. Destacamos aqui a monografia de Natascha Enrich de Castro, *Alteridade no jornalismo: análise da narrativa do livro O Irã sob o Chador*, e a dissertação de mestrado em Comunicação e Informação de Luiz Antônio Araújo, *Paisagens obsessivas: o discurso orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras*, ambas defendidas em 2013 na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E num escopo muito mais amplo, que supera a área do jornalismo, a tese de doutorado de Souza Mizan, *National Geographic: Visual and Verbal Representations of Subaltern Cultures Revisited*, apresentada na Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários de Língua Inglesa, em 2011, que trata de maneira aprofundada como ocorre uma hierarquização das culturas expostas na revista e todos os artifícios textuais e imagéticos utilizados com esse propósito.

Nossa proposta, conquanto também parta dessa operação – de identificar no jornalismo marcas do discurso orientalista –, busca ensaiar uma aproximação mais profunda entre as teorias do jornalismo e as teorias pós-coloniais de modo a investigar possíveis estruturas compartilhadas entre estes campos, visando compreender como o discurso sobre o Outro é construído pelas reportagens selecionadas.

Quanto à nossa motivação para empreender este trabalho, destacamos que uma boa parte desse interesse é devido à experiência de seu autor como assistente de edição e *travel-writer* em *O Viajante*, editora especializada em guias de viagem. As inquietações que provocaram este trabalho surgiram a partir da vivência cotidiana do desafio "como descrever o Outro sem transformá-lo no Mesmo?", evitando a reprodução de um discurso hegemônico que hierarquiza culturas diversas. Acreditamos que os questionamentos propostos, com relação ao etnocentrismo na produção de saberes sociais, tendem a enriquecer o campo jornalístico, assim como

as questões com relação à autorrepresentação do jornalismo como instituição e os sentidos mobilizados para a legitimação dessa prática social. Ao tensionar o discurso jornalístico a partir da perspectiva da teoria pós-colonial, esperamos avançar a discussão acerca das potências do campo em um momento de crise.

2 ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Tanto a teoria pós-colonial quanto a teoria do sistema-mundo – trabalhadas aqui principalmente a partir das perspectivas de Edward Said (1995; 2007) e Immanuel Wallerstein (1988; 2006), respectivamente – se propõem a analisar as relações centro-periferia decorrentes da mundialização do modo de produção capitalista, acirrada com o imperialismo do século XIX. Cada uma oferece um recorte específico de um tema complexo, portanto, a postura aqui adotada pretende pensar o discurso jornalístico articulando elementos de cada uma dessas tradições.

O intuito, ao relembrar a crítica persistente que vem das duas áreas citadas nesse tópico, é situar o jornalismo no contexto socioeconômico e político atual, além de oferecer substrato teórico e histórico para a análise a ser realizada. Os conceitos especificamente ligados ao jornalismo, ao discurso e a linguagem apresentados agora vão ser trabalhados com mais vagar no capítulo seguinte. Só aparecem nesse momento para sinalizar as encruzilhadas que irão surgir no caminho.

2.1 Crítica pós-colonial e a atitude textual

O pós-colonialismo, como o entendemos hoje, começou a se desenvolver a partir dos estudos literários realizados no mundo acadêmico anglo-saxão durante a década de 1960, paralelamente à fragmentação do antigo império britânico (AMADEO; ROJAS, 2011). Se, num primeiro momento, estes estudos privilegiavam “um modelo comparativo no qual o ponto último de referência e critério de avaliação era uma concepção fortemente burguesa, humanista e ortodoxa da literatura britânica metropolitana” (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 30), é possível dizer que, a partir do lançamento da primeira edição de *Orientalismo*, de Edward Said, em 1978, e então ao longo dos anos 1980, “a ênfase se deslocou para uma dupla crítica da cultura (neo)colonial e do nacionalismo cultural anticolonial, crítica que foi realizada em grande parte sob os auspícios do pós-estruturalismo” (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 30).

A Teoria Pós-colonial parte da Teoria Literária e Estética, da Filosofia Pós-Estruturalista, da História e da Antropologia para discutir os efeitos da experiência colonial nas sociedades de países periféricos, como Síria, Índia e Brasil, desvelando

os discursos de dominação cultural. Trata-se de uma crítica humanista a sistemas de pensamento que reforçam estereótipos, dividindo o mundo em grupos antagônicos e inconciliáveis, fomentando a intolerância ao celebrar o modo de vida ocidental como único possível. Do ponto de vista teórico-metodológico, “a crítica pós-colonial tem contribuído para modificar os modos acadêmicos de análise, desconstruindo as fronteiras interdisciplinares. Assim a ‘análise do discurso’ colonial e pós-colonial se articula com a História, a Sociologia, a Antropologia e a Teoria Política” (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 32).

Entendemos que o tópico mais relevante da crítica pós-colonial se dirige à associação – a cumplicidade – entre a produção cultural ocidental e o expansionismo imperial e capitalista. Em outras palavras, a crítica pós-colonial identifica no discurso cultural um instrumento que ajuda a subjugar grupos e indivíduos e justifica a dominação deles.

O elemento central da teoria pós-colonial é uma crítica fundamentalmente preocupada com a análise das formas culturais que refletem ou, inclusive, desafiam as relações de subordinação e dominação entre regiões e nações do capitalismo mundial, tanto no interior dessas nações, como entre raças, etnias e culturas; formas de dominação que surgem no processo de colonização europeu e que continuam atuando, ainda hoje, na era pós-colonial. Neste sentido a teoria pós-colonial tem uma dimensão intrinsecamente crítica e política. Um postulado básico dessa teoria é que a conformação histórica de uma subjetividade colonialista por meio da cultura não é algo que tenha desaparecido com o colonialismo; pelo contrário é a condição fundante da persistência da subordinação cultural no pós-colonialismo. (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 32)

Dito isto, voltamo-nos para aquele que é considerado por alguns autores como o manifesto de fundação do pós-colonialismo (COSTA, 2006): um dos mais importantes intelectuais palestinos, Edward Said dedica sua principal obra, *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente*, a combater “rubricas falsamente unificadoras” (SAID, 2007, p. 25), identidades reducionistas que agrupam conjuntos de indivíduos muito diferentes. Para isso, empreende um longo estudo de textos literários produzidos na Europa e nos Estados Unidos, buscando em livros de autores como Joseph Conrad³ e Gustave Flaubert⁴ marcas que evidenciam os processos que criam, historicamente, essas identidades. Na introdução de sua obra, publicada pela

³ Joseph Conrad (1857 – 1924), escritor polonês radicado na Inglaterra, influente figura na tradição literária inglesa. *Coração das trevas*, uma de suas obras de maior destaque, serviu como base para o roteiro de *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola.

⁴ Gustave Flaubert (1821 – 1880), escritor francês reconhecido principalmente por *Madame Bovary* (1857).

primeira vez em 1978, destaca que sua “esperança é ilustrar a formidável estrutura de dominação cultural e, especificamente para os povos outrora colonizados, os perigos e as tentações de empregar essa estrutura em si mesmos e em outros”. (SAID, 2007, p. 56).

Para Araujo (2013), é importante também saber de onde fala Said:

Ele nasceu em Jerusalém, sob o Mandato Britânico, em 1935. Era o mais velho (e único homem) de cinco filhos de um comerciante de Jerusalém e de uma dona de casa de Nazaré, ambos palestinos cristãos protestantes. O pai vivera nos Estados Unidos de 1911 a 1920, servira nas forças norte-americanas durante a I Guerra Mundial e obtivera cidadania estadunidense. Dois acontecimentos abalaram profundamente o mundo social e familiar dos Said: a divisão da Palestina em 1947-1948, com a criação do Estado de Israel e o êxodo de centenas de milhares de árabes palestinos, e a consolidação do regime republicano nasserista no Egito, em 1953. (ARAUJO, 2013, p. 64).

O termo Orientalismo adquire muitas nuances no decorrer da obra, como o próprio autor ressalva já na introdução. “Ficará claro para o leitor (e ainda mais claro ao longo das muitas páginas que seguem) que por orientalismo eu entendo diversas coisas, todas elas, na minha opinião, interdependentes” (SAID, 2007, p. 28).

Uma primeira definição, mais específica e amplamente aceita, se refere ao Orientalismo como disciplina acadêmica. Antropólogos, sociólogos e historiadores que escrevam ou pesquisem o Oriente são orientalistas e “fazem” orientalismo. No entanto, Orientalismo também pode significar um “estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente” (SAID, 2007, p. 29). Nesse caso, essa distinção dada, naturalizada – balizada pela produção acadêmica orientalista – serve de matriz para textos e teorias, produtos culturais variados. São “epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, ‘mentalidade” (SAID, 2007, p. 29). Essa segunda definição de Orientalismo se refere ao grupo de textos e estruturas que formam “um conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória” (SAID, 2007, p. 115). Dentro da aproximação proposta entre as teorias pós-coloniais e o jornalismo – a ser aprofundado nos capítulos subsequentes –, entendemos que, em certa medida, o conjunto de textos analisados – e o jornalismo de modo geral – atua de maneira semelhante.

A partir do fim do século XVIII, o intercâmbio entre estes dois sentidos de Orientalismo – “acadêmico” e “imaginativo” – se torna regulado, disciplinado. É então

que passa a ser possível falar do Orientalismo como “a instituição autorizada a lidar com o Oriente”.

Segundo a leitura de Araújo (2013) no que tange à metodologia desenvolvida na obra

O discurso orientalista é apresentado ao leitor por meio do exame daquilo que Said qualifica de “o grande corpo de textos que eu chamo de orientalistas”. Trata-se, para o autor, não apenas de efetuar a crítica desses textos, mas de situá-los como exemplares no interior de uma prática sócio histórica, procedendo à descrição de seus mecanismos internos e externos. (ARAÚJO, 2013, p. 70)

Said examina o Orientalismo como um discurso, compreendendo-o como “a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo” (SAID, 2007, p. 29). Em nenhum momento, contudo, Said sugere que o Orientalismo se reduza a uma série de fantasias mentirosas, falácias repetidas à exaustão. Esse tipo de consideração é secundário no horizonte de sua crítica. Deixa para trás a imposição positivista de uma verdade apolítica e neutra, pois reconhece que existem circunstâncias políticas que se imprimem no conhecimento no próprio momento em que este é produzido. Demonstra, ao longo de sua obra, que sua preocupação é mais com a força exibida pelo discurso orientalista e com as relações deste com instituições políticas e socioeconômicas de alcance global.

Ao lidar com o Orientalismo moderno como discurso, seu primeiro movimento é a desnaturalização de termos como Ocidente e Oriente. Na base de sua crítica, situa-se a noção – constantemente reiterada – de que entidades geográficas, culturais e históricas – Oriente e o Ocidente, desenvolvidos e subdesenvolvidos –, são criações do homem, concepções que satisfazem uma necessidade de generalização e classificação e, como tal, têm centro e origem determinados. Lucien Febvre demonstra esse pensamento quando pergunta

A Europa: de que se trata? [...] Da constatação feita muito antigamente, por uma fração da humanidade, que existe, na superfície do globo, um vasto conjunto de territórios tão aparentados entre si, de territórios tão diferentes daqueles que os cercavam que um batismo se tornava necessário, que a aposição de um nome nessa personalidade geográfica se impunha realmente de maneira indiscutível? Não, mil vezes não (FEBVRE, 2004, p. 48)

Outra noção importante, que embasa o trabalho do autor é a relação dialética da formação de identidades. Said (2007) demonstra uma preocupação com o espaço

de construção Eu-Outro, a fratura sujeito-objeto. A questão, como sugere Gayatri Spivak, é que a Europa se coloca como sujeito da história, e “narrativizado na lei, na economia política e na ideologia do Ocidente, esse sujeito oculto aparenta não ser ‘determinado geopoliticamente’” (SPIVAK, 1993, p. 66, tradução nossa)⁵. Defende, em linhas gerais, que “a construção da identidade [...] implica estabelecer opostos e ‘outros’, cuja realidade está sempre sujeita a uma contínua interpretação e reinterpretação” (SAID, 2007, p. 441). De fato, entendemos que o autor propõe que o discurso orientalista, na sua vertente acadêmica, atua para codificar a diferença e, na sua vertente imaginativa, para atenuá-la.

Uma das consequências de sua argumentação é que o discurso orientalista não só afeta a maneira como o Ocidente percebe o Oriente, mas também, de um lado, reflete-se em influência material na própria realidade do Oriente – que ocupa os lugares “projetados” por esse discurso – e, por outro, ajuda a estabelecer a identidade ocidental, contribui para sustentar o Ocidente como sujeito da História. Na leitura de Catroga (2008), o patriotismo europeu primitivo, presente desde a Antiguidade clássica, e que tem como função “enraizar, filiar e criar identidades, demarcando diferenças e prometendo escatologias históricas, sobrevive, mesmo sob os efeitos da desterritorialização contemporânea” (CATROGA, 2008, p. 10).

A complexidade deste tema é ilustrada nesta passagem escrita por Seamus Deane para a introdução de *Nationalism, colonialism and literature*

Os estereótipos são bem-sucedidos precisamente porque eles foram interiorizados. Eles não são meramente imposições do colonizador sobre o colonizado. É senso comum que estereótipos se criam mutuamente, como no caso dos ingleses e dos irlandeses. Ainda que a iniciativa de estereotipar, digamos, seja tomada pela comunidade que exerce o poder, ela tem que criar um estereótipo de si mesma tanto quanto cria um estereótipo para os outros. De fato, essa é uma das formas como se define a outredade. A definição de outredade, o grau com que os outros podem ser persuasivamente representados como divergentes da norma, oferece uma racionalização para a conquista (DEANE, 1990, p. 12, tradução nossa⁶)

⁵ No original: “...the history of Europe as Subject is narrativized by the law, political economy and ideology of the West, this concealed Subject pretends it has ‘no geo-political determinations’.” (SPIVAK, 1993, p. 66)

⁶ No original: “The stereotypes are successful precisely because they have been interiorized. They are not merely impositions from the colonizer on the colonized. It is a matter of common knowledge that stereotypes are mutually generative of each other, as in the case of the English and the Irish. Although the stereotyping initiative, so to speak, is taken by the community that exercises power, it has to create a stereotype of itself as much as it does of others. Indeed, this is one of the ways by which otherness is defined. The definition of otherness, the degree to which others can be persuasively shown to be discordant with the putative norm, provides a rationale for conquest” (DEANE, 1990, p. 12).

Um dos trunfos da aproximação entre teoria pós-colonial do jornalismo na presente discussão é destacar a forma como o discurso orientalista institucionalizado se reveste de autoridade, como esse discurso de conhecimento e descrição coloniza e governa seu objeto e até que ponto essa temática pode ajudar a pensar o jornalismo contemporâneo em geral e a série de reportagens *Out of Eden* em específico. Por mais que essas noções tratem sempre do Oriente, é importante notar que em obras posteriores o escopo dos estudos de Said se amplia e passa a dar conta de outras experiências coloniais, como o próprio autor afirma nas primeiras páginas de *Cultura e Imperialismo*. Como sugere Costa (2006), as questões propostas e analisadas por Said (2007) podem ser generalizadas para as relações que se dão entre o Ocidente, norte-global, desenvolvido, e o resto do mundo.

O Oriente de *Orientalismo*, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo em que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser. [...] (COSTA, 2006, p. 119)

Durante sua argumentação, Said aborda um fenômeno que chama de atitude textual, intrinsecamente relacionado ao tema da autoridade. Sua proposição é que, ao tomar o oriente como uma essência passível de ser examinada, compreendida e exposta, o conhecimento produzido pelo ocidente se torna sinônimo de autoridade. Acadêmicos e instituições podem atribuir autoridade a um texto. “Esses textos podem criar não só conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever” (SAID, 2007, p. 142). Com o tempo, esse conhecimento se cristaliza em tradição. “E a autoridade nesse ponto significa que ‘nós’ devemos negar autonomia a ‘ele’ porque o conhecemos e ele existe, num certo sentido, assim como o conhecemos” (SAID, 2007, p. 63).

Por trás da autoridade do discurso acadêmico orientalista, temos a presença colonial, a exploração econômica unilateral. Com o tempo, no entanto, há uma tendência em perceber esse conjunto de textos canônicos, essa tradição, como algo independente. Um dado que inclusive justifica a dominação colonial. Penso que seja possível perceber um pouco dessa dinâmica no seguinte trecho:

Há muito pouco consenso em jogo, por exemplo, no fato de que o encontro de Flaubert com uma cortesã egípcia produziu um modelo amplamente influente da mulher oriental; ela nunca falava de si mesma, nunca representou

suas emoções, presença ou história. Ele falava por ela e a representou. Ele era estrangeiro, relativamente rico, do sexo masculino, e esses eram fatos históricos de dominação que lhe permitiram não apenas possuir fisicamente Kuchuk Hanem, mas falar por ela e contar a seus leitores de que maneira ela era 'tipicamente oriental'. (SAID, 2007, p. 33)

A crítica de Said deixa claro que o fato de Flaubert ser relativamente rico, homem e europeu o autorizam a criar essa representação “tipicamente oriental”. Essa tipificação ficará inscrita nos textos que o autor produzir, irá informar seus leitores e estará à disposição daqueles que, sem nunca terem entrado em contato com mulheres orientais, quiserem “conhecê-las”.

Said expande sua ideia sobre o funcionamento da atitude textual ao recorrer a uma espécie de parábola. Na sua alegoria, conta a história de um pioneiro que entra em contato com um leão, escreve um livro representando seu encontro e torna-se um especialista na espécie. Enfatiza dois momentos. Primeiro que, em face a uma situação inusitada, frente a algo desconhecido e ameaçador, o homem tem a sua disposição a experiência que adquiriu através de leituras. O conjunto de textos sobre leões serve para normalizar a situação; orienta e prepara a experiência. Assim, num movimento dialético complexo, “as experiências dos leitores na realidade são determinadas pelo que leram, e isso por sua vez influencia os escritores a adotar temas definidos de antemão pelas experiências dos leitores” (SAID, 2007, p. 142). Como consequência, os leitores concedem autoridade ao texto, “influenciando” o escritor a produzir mais sobre aquele tema. Esse tipo de autoridade se junta àquela emanada por instituições estatais e acadêmicas. Com o tempo, se fixa em uma função social consagrada. Estabelece e julga valores, se encarna em ideias “verdadeiras”.

Por mais simples que seja, a alegoria de Said toca em temas importantes, pois questiona o movimento que reduz um fato concreto a uma essência simplista. Questiona também nossa relação com o conhecimento:

[...] podemos talvez esperar que os modos pelos quais se recomenda que se lide com a ferocidade de um leão vão na verdade *augmentar* a sua ferocidade, força-lo a ser feroz porque é isso que ele é, e isso é o que, em essência, nós sabemos ou só podemos saber a seu respeito (SAID, 2007, p. 142, grifo do autor).

Acreditamos ser possível estabelecer paralelos entre os tópicos apresentados até aqui e a estrutura que suporta e organiza boa parte da produção jornalística contemporânea, especialmente a noção de atitude textual. A coleção de relatos que compõem o noticiário deve ajudar o consumidor das notícias a navegar a realidade,

apreender aspectos do mundo. Não são poucos os autores que tratam o produto jornalístico como conhecimento⁷. Inevitavelmente pautado por valores mercantis, o jornalismo pretende falar sobre aquilo que interessa ao público.

Wilson Gomes (2009, p. 70) afirma que apesar da multiplicidade de perspectivas sobre o jornalismo, “a resposta mais provável” sobre sua função social se relaciona com o interesse público. O que sustenta essa ideia de interesse público é “aquilo que for do interesse e da concernência da cidadania [...] objeto eminente do serviço que o jornalismo presta à sociedade”. Essa associação entre jornalismo e opinião pública, segundo o autor, é tributária de um momento anterior da instituição jornalística. Para ele, há uma dissociação entre o discurso de autolegitimação do jornalismo e o atual modelo da imprensa empresarial, “sistema industrial de serviços voltados para prover o *mercado de informações* segundo o interesse das audiências” (GOMES, 2009, p. 75).

Quando o jornalismo recorre a um discurso de legitimação e autorrepresentação como conhecimento capaz de descrever pessoas, lugares e experiências de forma verdadeira ou objetiva, fica passível de ser enquadrado no tipo de postura descrita por Said. Quando direcionada a grupos minoritários e periféricos, essa postura limita o Outro a uma essência codificada no texto, reforçando e reproduzindo estereótipos.

Assim, tendo destacado até aqui alguns pontos que nos interessam na obra do pensador palestino, acompanhamos a esquematização feita por Araújo (2013) sobre aquilo que chama de dogmas do Orientalismo contemporâneo. São eles: a) a distinção entre Ocidente e Oriente – este é aberrante, subdesenvolvido e inferior, aquele é racional, desenvolvido, humanitário e superior; b) preferir conhecimentos extraídos contemporaneamente, preferindo generalizações tiradas de obras antigas; c) a representação do Oriente como eterno e incapaz de mudar e, ao mesmo tempo, algo a ser temido e controlado.

Said ainda dedica comentário breve sobre os guias de viagem e reportagens como as da *National Geographic*. Segundo ele, esse tipo de texto serve como um “manual para atenuar o choque” (SAID, 2007, 125) que sofremos ao encontrar aquilo que não se enquadra nas categorias a que estamos acostumados, serve para “normalizar” a diferença, o que Said considera “natural” “por causa dessa tendência

⁷ Ver, por exemplo, Meditsch (1997), Park (1972), Tombosi (2003) e Melo (2015).

humana de recorrer a um texto quando as incertezas da viagem em regiões estranhas parecem ameaçar nossa serenidade” (SAID, 2007, p. 141). Uma das formas de lidar com o Outro é adequando-o a um modelo já conhecido. Assim, no caso tratado em *Orientalismo*, “o Oriente e o oriental, o árabe, o islâmico, o indiano, o chinês ou o que quer que fosse, tornam-se pseudoencarnações repetitivas de algum grande original (Cristo, a Europa, o Ocidente) que deviam estar imitando” (SAID, 2007, p. 102).

Essa ideia de formatação da diferença em modelos estabelecidos se relaciona com um dos aspectos abordados por Terry Eagleton em seu *Ideologia*. Eagleton, em diálogo com o pensamento adorniano⁸, sugere que as ideologias se tratam de sistemas fechados, cujo movimento típico é afastar ou negar a alteridade (EAGLETON, 1997, p. 115). O pensamento ideológico, então, valoriza positivamente a identidade e afasta a diferença. Trata-se de uma racionalidade paranoica, incapaz de lidar com a singularidade, ou a divergência – que figura proeminentemente dentre os valores-notícia (TRAQUINA, 2008)⁹ – e a pluralidade a não ser através da redução e da exclusão. Entendemos que a prática jornalística atua de forma similar, selecionando acontecimentos inusitados e conformando-os a uma forma de narrar conhecida, ajudando, então, a construir uma realidade social “normalizada”.

Aliás, é isso que propõe o professor Luiz Gonzaga Motta (2002). Para este autor, o “trabalho simbólico da notícia” é domesticar a diferença, o contingente. Nomear e ordenar o mundo da vida, por vezes caótico. Este autor aponta como papel cognitivo da notícia

[...] uma estratégia simbólica destinada, a nível individual e coletivo, a fazer frente aos estragos da negatividade e voltar a reintegrar o todo ameaçado, consolidando o conjunto social e evitando a sua desestruturação pela angústia, ansiedade e medo diante da contingência (MOTTA, 2002, p. 11).

⁸Arriscando mutilar uma obra rica e complexa como a de Theodor Adorno, resumimos como ideia central de seu pensamento a relação entre identidade e não-identidade. Para ele, o conceito, assim como o valor de troca de Marx, iguala fenômenos distintos, homogeneiza o mundo. Se para Marx o valor de troca quantifica algo incalculável – o valor de uso – e ao fazer isso põe em jogo a mistificação da mercadoria, para Adorno o mesmo acontece com os conceitos, que são gerais, enquanto os objetos a que se referem são particulares e não podem ser subsumidos a estes conceitos. A partir desta visão, Adorno trabalha a não-identidade, o heterogêneo, a diferença, que, em sua obra, assume a forma da arte e da dialética negativa. Ver também: JAMESON, Fredric. *Late Marxism or the persistence of the dialectics* (2007), e SAFATLE, Vladimir. *Theodor Adorno: a unidade de uma experiência filosófica plural* (2013).

⁹ Em sua discussão dos valores-notícia Traquina pontua o tema da consonância, ou “a facilidade de inserir o ‘novo’ numa ‘velha’ ideia que corresponda ao que se espera que aconteça” (2008, p. 71). Entendemos que a divergência (a diferença, o Outro) está presente de forma transversal ao longo de toda essa discussão proposta pelo autor. Ele inclusive aponta para isso, ao reconhecer que os “valores-notícia são um código ideológico” (p. 86), e que o jornalismo opera baseado numa “estrutura profunda” que informa noções “consensuais” sobre o funcionamento “normal” da sociedade.

Atentamos para o fato de que Motta (2002) concentra seus exemplos no campo das notícias sobre violência urbana, o que, no nosso entendimento, aponta para a lógica de exploração e dominação de centro-periferia – identificada nas relações coloniais entre países – que se repete em diferentes estratos, conforme iremos examinar adiante.

De fato, “encontramos” a prática jornalística na intersecção entre a expectativa do público, a totalidade social complexa e os limites da linguagem e do discurso (esperamos explorar essa intersecção com mais atenção no capítulo subsequente).

A relação entre o orientalista e o Oriente era essencialmente hermenêutica: posicionado diante de uma civilização ou movimento cultural distante, quase ininteligível, o erudito orientalista reduzia a obscuridade traduzindo, retratando com simpatia, captando interiormente o objeto de difícil alcance. Mas o orientalista permanecia fora do Oriente, que por mais que se tornasse inteligível na aparência, continuava além do Ocidente. Essa distância cultural, temporal e geográfica era expressa em metáforas de profundidade, sigilo e promessa sexual: expressões como ‘os véus de uma noiva oriental’ ou o ‘inescrutável Oriente’ entraram na linguagem comum. (SAID, 2007, p. 301)

Enquanto Araujo (2013) destaca as marcas e expõe a influência do discurso orientalista no fazer jornalístico brasileiro – de Machado de Assis à revista *Veja* –, propomos que o discurso orientalista moderno e o discurso jornalístico são “regidos” por estruturas em comum, enraizadas no sistema-mundo capitalista. Pois se,

Há uma ambição desmedida e sem precedentes na gênese do saber orientalista, a de se propor a abarcar metade do mundo conhecido como objeto de estudo e conhecimento. Africanistas e americanistas, ainda que lidem com um material físico e humano relativamente amplo e variado, não se debruçam sobre mais do que uma porção modesta do planeta; a ideia de um ocidentalismo, de um sulismo ou de um nortismo teria, em qualquer época, soado absurda (ARAUJO, 2013, p. 67).

Entendemos que também há está ambição no jornalismo, conforme nossa leitura de Motta (2002). Se o primeiro se organiza ao redor, se “alimenta” constantemente, de saberes científicos – inicialmente a História, a Geografia e a Filologia –, também o segundo trabalha na intersecção de textos multidisciplinares para reelaborar seu objeto.

Trazendo a discussão para o presente – depois de ter anunciado a relevância da expectativa do público –, estamos em uma posição que permite olhar para a produção cultural do auge do período colonial europeu com outros olhos.

Significa lembrar que os autores ocidentais até a metade do século XX [...] escreveram pensando num público exclusivamente ocidental, mesmo quando

discorriam sobre personagens, lugares ou situações que se referiam ou utilizavam territórios ultramarinos dominados por europeus. Mas só porque [Jane] Austen se referiu a Antígua, em *Mansfield Park*, [...] sem se preocupar com as possíveis reações dos caribenhos ou indianos que lá viviam, não é razão para fazermos o mesmo. [...] Devemos, pois, ler os grandes textos canônicos [...] esforçando-nos por extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras. (SAID, 1995, p. 104)

Com isso, Said se recusa a adotar uma postura simplista, se recusa a transformar sua crítica humanista numa campanha pelo descarte da tradição literária inglesa, por exemplo. Para ele, o Orientalismo é uma força produtiva, e não puramente enganadora ou opressora. O discurso orientalista perdura como sistema hegemônico, pois suas coerções internas são produtivas (SAID, 2007, p. 43). Assim, mais uma vez, abre caminho para questionamentos que, no entanto, necessitam de mais substratos teóricos para avançar, já que, ao tentar compreender a representação do outro da sociedade ocidental no discurso jornalístico, não podemos ignorar a questão da ideologia e suas implicações.

Seguindo a distinção gramsciana entre sociedade civil e sociedade política (EAGLETON, 1997; SAID, 2007), temos que a primeira abarca associações voluntárias e não coercivas, e a segunda é formada por instituições estatais voltadas para a dominação direta – exército, polícia, aparato burocrático. “A cultura, é claro, deve estar em operação dentro da sociedade civil, onde a influência de ideias, instituições e pessoas não funciona pela dominação, mas pelo que Gramsci chama de consenso” (SAID, 2007, p. 34). Quando uma forma cultural se torna dominante no espaço social, esta se caracteriza como hegemonia. Em sua leitura das ideias de Gramsci, Terry Eagleton sugere que “a palavra hegemonia [serve] para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio” (EAGLETON, 1997, p. 105). Na leitura do autor inglês, e não exatamente como pensa Said, a hegemonia gramsciana inclui, mas não se reduz, as formas culturais. Os textos hegemônicos também não têm uma estabilidade constante, não estão fixos. Seus valores, costumes e discursos estão em constante negociação com outras formas, configurando as “Guerras culturais”, tema debatido por Eagleton no capítulo 5 de seu *A ideia de cultura* (2003).

Nessa obra, o autor marxista acompanha o desenrolar histórico dos diferentes conceitos de cultura até a contemporaneidade. Ele delimita e critica a cultura em diferentes âmbitos e por diferentes razões, sempre visando a ideais de emancipação, autodeterminação e justiça. As guerras culturais a que Terry Eagleton se refere não

se reduzem aos debates acadêmicos entre alta e baixa cultura ou à Cultura – conjunto de obras de arte canônicas, fundada em princípios humanistas liberais, com forte caráter universalista – e a cultura – em sua acepção antropológica, que abarca diferentes modos de vida, conceito relacionado às particularidades de grupos e etnias. “As guerras culturais que interessam dizem respeito a questões como limpeza étnica e não aos méritos relativos de Racine e das telenovelas” (EAGLETON, 2003, p. 73).

Propõe – como parte de uma argumentação mais ampla que não cabe na presente discussão – que a oposição entre Cultura e cultura se abre em três frentes: “a cultura como civilidade, a cultura como identidade e a cultura como comércio ou pós-moderna” (EAGLETON, 2003, p. 88). Dessas, uma é especialmente relevante para a presente discussão: a que relaciona cultura e políticas de identidade.

Ao mesmo tempo em que critica os discursos universalistas sobre a humanidade, que sustentam a noção de uma alta cultura ocidental e que tendem a deslizar num preconceito etnocêntrico, Eagleton adverte que negar que há alguma estrutura ou elemento partilhado entre os seres humanos - cognitivo ou afetivo – tende a nos segregar e alienar frente ao sofrimento alheio (EAGLETON, 2003, p. 80). Assim, trata a cultura como espaço para debate e construção de identidades, como um dos espaços de luta de grupos minoritários por reconhecimento e direitos iguais. O objetivo dessas políticas de identidade é escapar de posições subalternas, de representações que violentam indivíduos e grupos. Essas representações subalternas contrapõem e valorizam posições de classe, sexo e etnia. “Uma sociedade sem classes apenas poderá ser alcançada levando a sério as identificações de classe e não através da pretensão liberal de que elas não existem” (EAGLETON, 2003, p. 91).

Eagleton ainda argumenta que, se hoje, nos centros europeus, onde domina o pensamento pós-moderno e os ideais da modernidade perderam força, nos países pós-coloniais periféricos, “cujos destinos ainda são determinados pelas vicissitudes do capital ocidental, o projeto de emancipação permanece tão relevante como era” (EAGLETON, 2003, p. 113). Ou, em outras palavras, “é-se livre quando já não é necessário preocupar-se muito com quem se é” (EAGLETON, 2003, p. 91)

No entanto, não devemos exagerar o papel da cultura. O campo simbólico é um dentre outros espaços de disputa. E um espaço onde as disputas têm resultados lentos que incidem sobre a representação dos agentes envolvidos. Em seu trabalho, Said por exemplo, dirige seu olhar à produção literária, e como dentro do romance o mundo colonial é sempre visto como naturalmente subordinado e a presença inglesa

como naturalmente reguladora. Esse tipo de naturalização de posições de poder se dá nas formas culturais hegemônicas onde podemos inserir o jornalismo.

2.2 Centro e periferia no sistema-mundo

A teoria do sistema-mundo articula conceitos da economia política e da sociologia para demonstrar historicamente o avanço do modo de produção capitalista no âmbito global e as consequências sociais, políticas e econômicas. O estudo da influência dos fluxos de capital no esquema centro-periferia, no entanto, não se restringe a estas disciplinas e, assim, se sobrepõe a problemas estudados pela teoria pós-colonial. É por reconhecer esse cruzamento que procuramos no presente trabalho articular as duas perspectivas, atualizando e direcionando algumas de suas críticas ao discurso jornalístico - questionando os limites do jornalismo especialmente na representação da diferença.

No interior da abordagem teórico-metodológica do sistema-mundo estão as conflituosas relações entre centro e periferia na esteira do desenvolvimento do capitalismo. O sistema-mundo é considerado, por autores como Wallerstein, como consequência do processo de acumulação e reprodução ampliada, típico do capitalismo. Esse pensamento destaca o caráter “inovador” do capitalismo, diferente de qualquer outro sistema político-econômico na história. O que implica dizer que “a globalização é uma continuidade sob novas formas [do] processo colonial” (AMADEO; ROJAS, p. 33)

No primeiro volume de *O sistema mundial moderno*, Wallerstein (2006) se debruça sobre aquilo que chama de “a nova divisão do trabalho europeia”, no período entre 1450 e 1640. O autor identifica, já no século XVI, o início daquilo que viria a se tornar o sistema-mundo. No entanto, “a ideologia reinante não era a da livre empresa ou mesmo do individualismo, do cientismo, do naturalismo ou do nacionalismo. Estas ideologias não amadureceriam como visões do mundo senão nos séculos XVIII ou XIX” (WALLERSTEIN, 2006, p. 73). Para ele, o fortalecimento da figura do Estado deve ser compreendido no contexto do desenvolvimento do sistema mundial. Juntamente com o Estado – às vezes em consonância, às vezes de forma contraditória –, agrupamentos étnicos e classes sociais também se constituíram nesse contexto. Essa é uma decorrência da

[...] característica distintiva de uma economia-mundo capitalista é a de que as decisões econômicas estão orientadas primariamente para a arena da economia-mundo, enquanto as decisões políticas estão primariamente orientadas para as estruturas mais pequenas que têm controle legal, os estados dentro da economia-mundo. (WALLERSTEIN, 2006, p. 73)

Wallerstein (1988) defende que esse se trata de um sistema socioeconômico, político e ideológico, que necessita da expansão territorial. Nas palavras de Amadeo e Rojas (2011), essa ocupação pode ser física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neocolonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo).

Conforme o sistema capitalista se desenvolve e abarca cada vez mais territórios – até a contemporaneidade, onde se completa a transição de uma economia-mundo europeia para o sistema-mundo – outros princípios gerais entram em ação. Um dos mais relevantes para a discussão proposta aqui é o avanço do “desenvolvimento desigual estratificado”. Wallerstein (2006) argumenta que a expansão da economia-mundo opera em níveis articulados, criando camadas dentro de camadas, onde a lógica centro-periferia se reproduz. Através de um ajuste diferencial, essa polarização ocorre a cada nível político: “dentro do centro europeu havia-o entre estados, dentro dos estados entre regiões e estratos sociais, dentro das regiões entre cidade e campo e, finalmente, havia-o no contexto de unidades de caráter mais local” (WALLERSTEIN, 2006, p. 91).

Para além da teoria do sistema-mundo, autores como Benedict Anderson (2008) e Fernando Catroga (2008) discutem a formação do Estado-nação (ou Estado Moderno) a partir das transformações sofridas e precipitadas por construções simbólicas, que se manifestam através dos deslocamentos semânticos de termos como pátria, nação e cultura. Os analistas encontram estas raízes no processo de transição da sociedade feudal para a absolutista, a partir da necessidade, de um lado, de as classes mercantis emergentes eliminarem as barreiras comerciais, e, de outro, da aristocracia que procura romper com a fragmentação política e territorial medieval, assim como a autoridade papal.

foi nessa conjuntura [fins do século XIX e princípios do século XX] que o nacionalismo europeu, de contornos mais organicistas e agressivos em relação ao outro e ao diferente, começou a ganhar terreno, mediante uma doutrinação e propaganda em que, contra a decadência, as promessas de regeneração de uma sociedade que estaria a entrar em crise aparecem cada vez mais interpretadas a partir de argumentos racionais e de soluções alternativas que pretendem enterrar, definitivamente, não só o demoliberalismo, como os vários socialismos. (CATROGA, 2008, p. 32)

Assim como Said e sua crítica ao Orientalismo, a teoria do sistema-mundo também aponta o papel da cultura, da ideia de modernidade, do progresso tecnológico como justificativas para o avanço do domínio capitalista. De fato, a partir do momento em que todo o planeta passa a se organizar a partir de categorias como Estado-nação, e conseqüentemente trabalhar com as ideias de identidade nacional e derivados, se dá a

[...] incorporação de histórias culturais diversas e heterogêneas a um único mundo dominado pela Europa significou uma configuração cultural e intersubjetiva equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Assim as experiências, culturas e histórias terminaram também articuladas numa ordem cultural mundial em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial a Europa também concentrou sob sua hegemonia o domínio das formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 36).

Nesse movimento, os interesses da metrópole são justificados e autorrepresentados como benéficos para as colônias através do discurso cultural ocidental.

A necessidade histórica de expansão do capitalismo não implicou só a expansão, mas também a polarização entre centro e periferia [...]. A relação centro-periferia é uma relação dialética, inclusive desde o ponto de vista terminológico; não há relação centro-periferia até que duas entidades entrem em contato e uma delas se converte em centro à custa de fazer da outra sua periferia. [...] A partir de uma perspectiva mais superestrutural, o capitalismo é o primeiro sistema mundial cuja conquista colonial se fez, explicitamente, em nome das mais sublimes abstrações éticas, religiosas, culturais ou filosóficas. [A expansão capitalista se coloca] como a empresa civilizadora universal que consiste em exportar ao mundo inteiro, por exemplo, o reino da Razão. No colonialismo capitalista encontramos a ideia de Marx de que a operação ideológica por excelência é a de fazer aparecer os interesses particulares da classe dominante como o interesse geral de toda a sociedade; e toda aqui alude ao mundo inteiro. (AMADEO; ROJAS, 2011, p. 34)

Na análise que se segue, compreendemos, com Amadeo e Rojas (2011), que essa estratificação, que marca o fluxo do capital, é acompanhada no âmbito discursivo. O discurso hegemônico dos centros se impõe e afeta as representações de grupos periféricos, seja a nível continental – como trabalha Said – seja a nível local. Reconhecer essa dinâmica implica em uma crítica ao discurso jornalístico contemporâneo, produzido, quase que totalmente, no centro – o que, por sua vez, se relaciona com a formação histórica das empresas capitalistas na modernidade, que requeriam uma grande mobilização de capital para sustentar o aparato tecnológico necessário para a veiculação das notícias.

3 O LUGAR DO JORNALISMO

É chegado o momento de situar o jornalismo no mundo ocidental contemporâneo. Posicioná-lo em relação à sua história como empresa capitalista que depende de um conjunto de materiais, à estrutura do conhecimento ocidental, à forma como tal conhecimento é transmitido. Posicioná-lo em relação a si mesmo, em suas autorrepresentações e justificativas e em relação a outros tipos de texto, como a etnografia. Nesse momento é importante evitar adotar uma perspectiva prescritiva. O jornalismo, como instituição social, se define por suas práticas e produções. Portanto, o objetivo desse capítulo é discutir a prática jornalística, tomando como base autores como Fernando Resende (2007), Cláudia Lago (2010), Eduardo Meditsch (1997) e Márcia Benetti (2008), sem descuidar dos "insumos produtivos" que alimentam e constroem a produção jornalística: a linguagem e o discurso. Dando ênfase às relações, às trocas e aos conflitos decorrentes das posições sociais diversas, colocamos o conceito de ideologia como ponto de convergência das diferentes constelações de pensamento citadas neste trabalho.

3.1 Jornalismo como discurso e conhecimento

Da mesma forma que Benetti (2008), acreditamos que a crítica deve ser empreendida levando em conta o discurso jornalístico como produto de uma instituição, e não como produto da ação do indivíduo jornalista. A caracterização do jornalismo enquanto instituição social passa também por Berger e Luckmann (1999).

Da mesma forma que há uma divisão social do trabalho, há uma divisão social do conhecimento – que, em certa medida, é coincidente com a primeira. Nesse cenário, algumas instituições atuam na organização e na distribuição de saberes. Conquanto Berger e Luckmann (1999) falem de múltiplas realidades e consagrem à realidade do senso comum o caráter dominante, a totalidade desta é inapreensível pelo indivíduo cujo conhecimento será maior sobre aqueles aspectos mais relevantes para sua ação no mundo, para o desempenho de seus papéis sociais. A realidade complexa pode ser apreendida de forma mais ou menos coesa através de tipificações que, na nossa leitura, podem ser entendidos como signos estáveis, hegemônicos ou estereótipos.

De fato, é a partir de práticas sociais recorrentes que o indivíduo passa a constituir rotinas e tipificações. As instituições seriam fruto destas práticas com estabilidade histórica. Mas, se entendemos que o homem é um produto social, isso implica dizer que ele é determinado pelas objetivações da sociedade.

Toda instituição começa a partir de práticas sociais rotineiras entre indivíduos determinados. Conforme ganha estabilidade histórica – supera o período de vida dos primeiros indivíduos a estabelecerem aquele padrão de comportamento –, se torna "maior" que os envolvidos. Torna-se um conjunto de práticas e tipificações socialmente reconhecido. Então, as instituições transfiguram-se em uma objetivação social que distribui um tipo de conhecimento específico atrelado às atividades a que se referem. É o caráter histórico que faz com que as instituições se apresentem como objetos estáveis e independentes do Homem.

É também esse caráter histórico que exige que se formem corpos de conhecimento, discursos especializados, para legitimar e sustentar as instituições. Nesse momento, necessitam de uma validação ou legitimação, o que articula significados de "segunda ordem", segundo Berger e Luckmann (1999). Isso acontece tanto com a exploração imperialista perpetrada por europeus e estadunidenses ao longo de séculos, quanto com a prática jornalística em sua configuração contemporânea de atividade empresarial-industrial. Essa segunda ordem simbólica é constituída por uma rede de discursos que serve para a manutenção da organização social vigente e, entendemos, mobiliza sentidos conservadores.

É possível articular esta compreensão dialética da sociedade com a linguagem, pois "o conhecimento do mundo cotidiano é aprendido na socialização e serve de mediação na interiorização pela consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social" (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 94). O conhecimento é baseado na linguagem, pois é nela que está objetivado o conjunto das experiências humanas partilhadas socialmente. Tanto a compreensão dialética da realidade quanto o papel da linguagem na interiorização da consciência das estruturas são análogos ao pensamento de Bakhtin (1997), que comentamos a seguir.

A língua não é um sistema de normas fixas, está continuamente em evolução (BAKHTIN, 1997). Em contraposição aos estudos linguísticos da corrente do objetivismo abstrato, cuja proposta metodológica distingue a língua como objeto estável e autônomo, Bakhtin dá um papel mais relevante à história e aos atos individuais de fala, relacionando-os ao sistema da língua. Para isso, toma uma das

posições fundamentais da corrente que critica – a noção de que o sistema de normas da língua é autônomo e externo à consciência individual – e desloca seu ponto de vista, sugerindo que, na verdade, o sistema de normas da língua só é *percebido* dessa forma por um dado indivíduo num dado momento de tempo. Ou seja, adotando uma perspectiva histórica, percebe que as normas da língua se encontram em constante evolução (BAKHTIN, 1997), apesar de parecerem estáticas para o indivíduo. As formas de evolução da língua são o erro e a disputa ideológica no nível da palavra, do signo.

Toda enunciação é social. A comunicação requer dois ou mais indivíduos, porque o signo só é possível no espaço social. Toda fala se dirige a alguém, mesmo a escrita ou a consciência recebem um esquema dialógico. "A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor" (BAKHTIN, 1997, p. 112). Na escrita, e em situações em que um interlocutor real está ausente, a fala se dirige a um "representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor" (BAKHTIN, 1997, p. 112). Dessa maneira, a figura do interlocutor se torna fundamental, pois influencia a enunciação de antemão – com isso, antecipamos e justificamos já a necessidade de discutir a audiência presumida (VIZEU, 2005) face às colocações feitas por Said (2007). Mais, no âmbito da imprensa e dos meios de comunicação de massa, a enunciação integra "uma discussão sociológica em grande escala" (BAKHTIN, 1997, p. 123). Assim, toda enunciação está inserida num fluxo constante.

Nem mesmo a consciência, o discurso interior, pode ser reduzido ao nível do indivíduo. Ela deve ser analisada em termos sociológicos. Em linhas gerais, o movimento descrito pelo autor é: o indivíduo aprende a língua materna – entra no fluxo incessante da comunicação verbal, toma parte nas trocas comunicativas – e, então, estrutura seu discurso interior. O movimento dialético vai (e volta) da prática social da linguagem para a consciência individual, nenhuma das partes é estanque. Modificam-se mutuamente. Quando aprendemos a língua, aprendemos as disputas ideológicas e os discursos hegemônicos daquela comunidade linguística. Isso porque essas disputas se dão no nível da palavra. O signo, no ato de fala, é sempre duplo, definido e tensionado pelos horizontes sociais do locutor e do receptor. Cada posição social, material, insinua um deslocamento no sentido do signo.

Consideramos que o *insight* fundamental de Bakhtin (1997) é se concentrar na natureza social da enunciação e da fala, o que lhe permite destacar as condições materiais da comunicação e suas determinações socioeconômicas estruturais. Por

conta disso, é possível dizer que todo signo é ideológico. Ou, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes” (BAKTHIN, 1997, p. 32). Por isso, o autor defende que é a ideologia o meio que permite a comunicação entre indivíduos. Mas a ideologia não seria uma ocorrência natural, ou, em outras palavras, “não basta colocar face a face dois *Homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados” (BAKTHIN, 1997, p. 35). Por sua vez, a forma dessa unidade social incide na comunicação, na troca simbólica, no signo. Como comenta Terry Eagleton (1997), “o signo e sua situação social estão inextricavelmente fundidos, e essa situação determina a partir de dentro a forma e a estrutura de uma elocução” (p. 172).

Se o domínio dos signos e da ideologia são coextensivos, e se a consciência é resultado da internalização dos signos, então toda consciência é ideológica. Esse primeiro nível da consciência ideológica é o que Bakhtin (1997) chama de ideologia do cotidiano ou comportamental. Falamos aqui de um nível ideológico não estruturado, fluido, que, na verdade, organiza e informa a relação do indivíduo com o todo social, organiza a totalidade de suas experiências sem, no entanto, se fazer evidente. A ideologia do cotidiano é fluida, sutil e versátil, pois se refaz na troca verbal cotidiana. E, assim, está mais adequada, se mostra mais sensível, aos distúrbios e modificações da base econômica e do contexto sociológico.

De forma esquemática, no momento da enunciação o horizonte social do elocutor – determinado pelo contexto socioeconômico – fica marcado no signo/palavra. Como cada enunciação se insere no fluxo constante de trocas verbais e, assim, afeta a totalidade do sistema da língua, cada enunciação afeta também a ideologia do cotidiano que, por sua vez, ao se aglutinar recebe o aval dos aparatos ideológicos, ampliando seu alcance e se cristalizando, por exemplo, na moral, na ciência, na arte, na religião.

Entender cada enunciação em sentido sociológico, como propõe Bakhtin, implica que, ao pensar o jornalismo a partir das proposições aqui apresentadas, temos que levar em conta o lugar social de onde ele fala e também para quem pretende falar.

"Como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto" (MEDITSCH, 1997, p. 11). Reconhecer que esta

prática está marcada pelas desigualdades sociais do contexto onde é produzida serve não como desculpa, de forma a eximir o produto jornalístico, mas sim como motor para a nossa crítica. É por essa razão que ao mesmo tempo em que reconhecemos a relevância do papel social do jornalismo buscamos na teoria pós-colonial elementos para empreender uma crítica mais profunda. Nosso interesse não é debater a semelhança do discurso jornalístico com a ciência. O interesse é, nos termos propostos por Meditsch (1997), demonstrar as contradições e insuficiências estruturais que restringem que a prática jornalística tenha um viés verdadeiramente progressista ao tratar do Outro.

Meditsch (1997) situa o jornalismo no senso comum, no plano cotidiano, que o indivíduo percebe sempre como natural. Nessa argumentação, o jornalismo produz e reproduz conhecimento socialmente distribuído, trabalha sempre na linguagem cotidiana. Ao reproduzir/reconstruir outros saberes sociais nessa linguagem, o jornalismo mantém a possibilidade de comunicação entre setores dispersos da realidade social. De certa forma, para Meditsch, o jornalismo lança luz e aproxima os indivíduos de facetas da sociedade que de outra forma estariam isolados ou inacessíveis.

O que coloca o jornalismo no plano do senso comum é seu foco no imediato. No instantâneo. Assim, de certa forma, "realiza para o público as mesmas funções que a percepção realiza para os indivíduos" (MEDITSCH, 1997, p. 6). É importante entender as características da realidade social, além do plano do senso comum.

Como já apontamos, a ideia fundamental de Berger e Luckmann (1999) parte de uma compreensão dialética da realidade social. Esta se articula em três estágios: a sociedade como produto humano, a sociedade como realidade objetiva, e o homem como produto social (BERGER; LUCKMANN, 1999). Ao passo que a compreensão dos fenômenos sociais deve levar em consideração o caráter concomitante de cada um destes estágios, é na apreensão da sociedade como realidade objetiva que o tema do conhecimento se desenvolve.

3.2 Jornalismo como discurso sobre o Outro

Entendemos que, no campo do discurso, é importante questionar o que autoriza um indivíduo ou grupo a falar por outro. Qual a formação histórica da autoridade do

jornalismo como descritor da realidade? A validação do jornalismo pela sua função social consagrada na modernidade, associada constantemente a valores democráticos e liberais, lhe confere autoridade para disseminar gostos e valores, incensar certas ideias como verdadeiras, reproduzir (ou não) certas tradições e julgamentos.

Como ponto de partida, a autoridade do jornalismo para falar do outro se relaciona com sua função de “produzir saber acerca do mundo, tarefa que lhe é outorgada [...] por que detém a tecnologia – uma força maquinica incomensurável” (RESENDE, 2007, p. 83). O jornalismo é instado, por outras instituições, a produzir um discurso – lido como conhecimento (RESENDE, 2007, p. 83). Para compreender a posição do jornalismo no esquema social contemporâneo podemos partir de dois pontos: 1) por seu papel na construção social da realidade, como conhecimento; 2) pela sua (auto)representação como prática e instituição fundamental à própria democracia.

A experiência do indivíduo é sempre limitada frente às condições dispersas que agem sobre ela. O indivíduo é incapaz de estar constantemente consciente dos processos e pessoas envolvidos, por exemplo, na produção da xícara de café que toma todos os dias de manhã (HARVEY, 2010; JAMESON, 1990). Essa é a alienação que o fetichismo da mercadoria põe em movimento, segundo Marx¹⁰. Em um mundo globalizado, os sujeitos imersos na realidade do norte global, por exemplo, não têm acesso a realidade cotidiana dos recantos periféricos do mundo. O jornalismo e as mídias podem ser compreendidos como veículos para essas realidades distantes. As notícias funcionariam como índice do real.

Mas, como nos lembra Resende, ao trabalhar numa perspectiva de ordem explicativa, a produção jornalística dominante recorre “prioritariamente” à “estatísticas e números”. “Seus números de mortos, suas definições generalizadas, seus rótulos que simplificam problemas antes de tudo complexos muito contribuem para a

¹⁰ Ver quarta seção, *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*, no Capítulo 1 – Da mercadoria do primeiro tomo de O Capital. Ou, como coloca David Harvey: “You go into a supermarket and you want to buy a head of lettuce. In order to buy the lettuce, you have to put down a certain sum of money. The material relation between the money and the lettuce expresses a social relation because the price – the ‘how much’ – is socially determined, and the price is a monetary representation of value. Hidden within this market exchange of things is a relation between you, the consumer, and the direct producers – those who show laboured to produce the lettuce. Not only do you not have to know anything about that labour or the labourers who congealed value in the lettuce in order to buy it; in highly complicated systems of exchange it is *impossible* to know anything about the labour or the labourers, which is why fetishism is inevitable in the world market” (HARVEY, 2010, p. 39-40).

concepção de um mundo que parece passível de ser ordenado” (RESENDE, 2007, p. 86).

Uma das consequências de compreender o jornalismo dentro dessa construção social da realidade é reconhecer seu caráter normativo, já que "ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado." (BENETTI, 2007, p. 110)

Compreendemos, então, o jornalismo como discurso que se propõe a falar do Outro.

Chamamos ‘Mesmo’ às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, euforizados pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. Chamamos ‘Outro’ às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, frente às quais a mídia estabelece distâncias relativas, calculadas, homólogas ao afastamento que seus públicos mantêm. Frente ao Outro é preciso resguardar-se, qualificando-o como exótico [...], é preciso ocultá-lo do holofote, deixá-lo nas margens; assim, ele pode ser assimilado admitido ou segregado. (BAIRON; PRADO, 2007, p. 252-253)

Cláudia Lago afirma que, na mídia, há “reducionismos em relação às representações do Outro e, mais do que isso, há desconfiança e até hostilidade em relação a tudo o que não faz parte do universo potencial do público ideal (as camadas médias e altas da população)” (LAGO, 2010, p. 168). Em geral, o jornalismo trabalha com generalizações. A generalização do fato observável, sua transposição para a notícia, pretende facilitar a apreensão da realidade pelo consumidor.

Os textos e as imagens produzidos sob o julgo dessa episteme encontram sua motivação e sua razão de ser no ideal de que neles, quanto mais pura e exata for a informação, mais próximos da comunicação estarão os seus relatos. Trata-se, na verdade, de uma dimensão antes quantitativa, não há indagação em torno da qualidade da informação, mas do volume de informação (novidade) contida no relato e do quão rápido ela chega ao seu consumidor. (RESENDE, 2007, p. 87)

A construção da realidade social passa pelo acúmulo de notícias e reportagens, no entanto, de alguma forma, o resultado desse acúmulo precisa ter alguma aparência ou efeito de pluralidade. A importância do jornalismo para a cidadania e para a democracia, por sua vez, traz à baila a questão do pluralismo político e sociológico, de forma a representar a sociedade em toda a sua diversidade (LAGO, 2010).

Para Neveu (2005), o papel do cidadão necessita de “informação inteligível, completa e contraditória, que seja reflexo do maior número possível de dimensões da vida social” (p. 135). Essa seria a função do jornalismo, quando entendido como peça

fundamental da democracia. Para alcançar esse objetivo, no entanto, o discurso jornalístico não pode se polarizar em falas institucionais, não deve reduzir “a sociedade aos seus dirigentes” (NEVEU, 2005, p. 135). Portanto, o pluralismo “deve ser político, mas também sociológico”. O jornalista deve ser capaz de dar voz àqueles que “têm pouca capacidade para se fazer ouvir institucionalmente” (NEVEU, 2005, p. 135).

No entanto, o autor faz a ressalva:

Se estes princípios *a priori* normativos forem aceitos, a concepção do jornalismo e da imprensa como uma atividade económica entre outras e a visão das audiências como grupos de consumidores constituem obstáculos ao cumprimento de uma missão democrática do jornalismo” [...] “O ideal democrático requer um jornalismo de informação económica e culturalmente acessível a todos e produtor de reflexão sobre os desafios políticos. (NEVEU, 2005, p. 135)

Benetti (2007) também faz referência à pluralidade de vozes e perspectivas ao tratar do discurso jornalístico: "De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares" (BENETTI, 2007, p. 107).

A configuração adotada pelo jornalismo ao longo do século XX e começo do XXI responde ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa. A organização empresarial adotada pelo jornalismo - que resulta nas grandes corporações midiáticas de hoje - responde ao “volume de capital envolvido e à dependência de meios de produção e distribuição mais complexos e especializados” (WILLIAMS, 1992, p. 52). O domínio dos meios de produção, da infraestrutura tecnológica, se reflete em domínio de audiência, com uma conseqüente oligopolização bastante pronunciada da venda de espaços publicitários. A convergência entre os setores de informática, telecomunicações e mídia oferece as condições objetivas e materiais para um crescimento sem precedentes na oferta de serviços e conteúdos. “Só que essa vocação expansiva se consolida sob controle, influência e lucratividade de poucas corporações, via de regra globais, ou nacionais e regionais em alianças estratégicas ou parcerias com gigantes transnacionais” (MORAES, 2013).

Outro segmento importante para a discussão aqui proposta diz respeito à audiência presumida e o interesse público a que o jornalismo pretende atender. Abordamos tangencialmente esse tema ao comentar as colocações de Said (2007) sobre a literatura colonial. Agora nos debruçamos sobre o tema, dialogando

principalmente com Vizeu (2005) e a teoria da enunciação de Bakhtin (1997). A hipótese posta por Vizeu é de que “o público está presentificado no discurso jornalístico” (2005, p. 1), essa antecipação é o que chama audiência presumida. De fato, na perspectiva de Bakhtin, essa seria uma consequência das regras que regem a linguagem – de modo algum uma exclusividade do jornalismo. No entanto, a “cultura profissional, a organização do trabalho, dos processos produtivos e dos códigos particulares (as regras da redação)” (VIZEU, 2005, p. 1) também influenciam na construção da audiência presumida.

Na nossa leitura, em consonância com a fala de Said (2007), Vizeu sugere que “os jornalistas imaginam a audiência a partir deles mesmos, eles se julgam representativos da audiência” (2005, p. 4). A perspectiva de se fazer entender, do didatismo, empurra os jornalistas rumo ao familiar, ao “normal”. Essa é a postura frente ao diferente, ao Outro, ao não-idêntico: traduzi-lo, torná-lo inteligível nos termos do público médio, hegemônico. Ou, como coloca Bucci:

Os jornalistas, ao prestar serviços aos seus públicos habituais, cumprindo, portanto, o seu papel de servir ao leitor, atendem apenas a uma parte da sociedade, a parte que os lê. O público com que dialogam é parcial – daí a parcialidade da pauta com que trabalham. (BUCCI, 2009, p. 127)

Em sua pesquisa, Bairon e Prado (2007) articulam a questão do dualismo Mesmo e Outro com a expectativa da audiência e o posicionamento do veículo jornalístico no mercado. Para isso, trabalham com figuras – “objetos de um mundo construído em que certas relações se põem, certos valores e regimes específicos de visibilidades se produzem” (p. 252) – do Mesmo e do Outro.

A organização narrativa do jornalismo tem na figuratividade um dos pilares para a criação do efeito de realidade e de veridicção; [pois] os veículos assumem posições discursivas bastante concretas em relação ao que eles consideram as melhores posições políticas frente aos fatos e discursos do mundo social, marcando diferenças em relação a outros veículos, a outras posições discursivas, menos ou mais hegemônicas, por meio de estratégias bastante específicas em que certos valores são euforizados frente a outros, descartados. (BAIRON; PRADO, 2007, p. 252).

Contudo, cabe questionar se há espaço – e quanto – para a dissidência nessa “tradução” da realidade. Para Resende, por exemplo, os jornais, o rádio e a televisão são programados para a distribuição discursiva rumo a “um espaço vazio ocupado por um grupo disforme para o qual e sobre o qual falam os produtos da mídia, lugar onde todas as diferenças são veladas como se fossem mortas e, ao mesmo tempo, como se pudessem ser apagadas” (RESENDE, 2007, p. 87). Esse autor introduz outro

fenômeno à discussão: o da produção das diferenças a partir da multiplicação de lugares de fala através dos novos suportes tecnológicos e a subsequente disputa de poderes no espaço midiático. Contudo, “parece importante notar que o processo de produção de diferenças, que não resulta em relação de alteridade, é simplesmente parte de uma lógica do capitalismo tardio – quando as máquinas de produção de informação e conhecimento ganham primazia” (RESENDE, 2007, p. 87). Portanto, por mais que essa noção da produção das diferenças toque tangencialmente em alguns assuntos aqui discutidos, não iremos aprofundá-la.

É necessário observar no nosso objeto de estudo, a série de reportagens *Out of Eden*, se o “normal” é plástico, dinâmico, ou se é razoavelmente estável, reacionário. Se é capaz de ampliar-se frente ao Outro, se reconhece e valoriza a prática da alteridade, ou se achata a diferença, se o conhecimento sobre o Outro é uma forma de dominá-lo, subjugá-lo e inseri-lo numa ordem hegemônica como sugerem as teorias pós-coloniais e do sistema-mundo.

3.30 discurso ideologizado do jornalismo sobre o outro

Quando analisada de um ponto de vista mais amplo, a ideologia refere-se à ordem simbólica que media e estrutura a experiência humana. Nesse sentido, é análoga a algumas definições de cultura¹¹. É matéria-prima de visões de mundo. Para Eagleton (1997), assim como para Bakhtin (1997), signos e ideologia são indissociáveis – embora esta não se reduza àqueles. O autor britânico argumenta que a categoria se refere a diversas práticas discursivas e simbólicas, compostas, por um lado, de um forte caráter racional, e por outro, de dimensões afetivas, inconscientes e míticas.

Essa concepção de ideologia não permite, acreditamos, a manutenção, por exemplo, da sua oposição à ciência. Da mesma forma, impossibilita tratá-la simplesmente como falsa consciência, distorção total da realidade que funciona no

¹¹ Eagleton aproxima Gramsci e Freud, apontando para uma ponte entre cultura (ou civilização) e ideologia: "os meios pelas quais a sociedade é perpetuada, assim nos informa, são 'medidas de coerção e outras medidas que têm como objetivo reconciliar os homens (com seu destino material) e recompensá-los por seus sacrifícios. Estes podem ser descritos como o patrimônio mental da civilização. Ou - nos termos de Gramsci - as instituições da hegemonia. A cultura para ambos os pensadores é um amálgama de mecanismos coercitivos e consensuais para reconciliar sujeitos humanos com seu indesejável destino de animais trabalhadores em condições opressivas" (EAGLETON, 1997, p. 159).

interesse direto de uma classe dominante. Se ainda conserva o elemento da distorção é de forma parcial, incidental, decorrente da própria natureza dos signos. São as forças extradiscursivas que atuam na linguagem e a distorcem. Diferentemente de seu uso mais corriqueiro, ideologia não significa, então, a fala ou a percepção enviesada, produzida ativa e conscientemente por um sujeito engajado.

Nossa proposta, então, é pensar a ideologia como fenômeno discursivo de modo a “simultaneamente enfatizar sua materialidade (já que os signos são entidades materiais) e preservar o sentido de que ela diz respeito essencialmente a significados” (EAGLETON, 1997, p. 171). Assim, damos ênfase às condições da enunciação, quem está falando, o quê e com quem.

Resende (2007) aponta que ao “tomar a ideologia categoria analítica, entendendo a cultura como um dispositivo que promove a dominação ou a resistência” nos afastamos da “tendência, de cunho pós-moderno celebratório, hoje dominante em parte dos Estudos Culturais, que comemora a representação das diferenças e a democratização dos meios, fazendo da cultura nada mais que um objeto de estudo” (RESENDE, 2007, p. 89). Essa posição crítica é expressa por Castro-Gómez e se deve, sobretudo, ao fato de que

[...] em tempos de capitalismo tardio, a cultura – isto é, o mercado de bens simbólicos – se converteu em alicerce fundamental para a reprodução do capital. [...] A produção, transformação e circulação de informação são os objetos da maior parte das tecnologias importantes que se introduzem na economia. Em outras palavras: a criação de riqueza já não se baseia tanto na exploração de recursos naturais nem na produção de bens industriais de consumo, como pensava Marx, mas sim na produção de bens simbólicos levados ao mercado na forma de imagens e conhecimentos. (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 742, tradução nossa¹²)

Daí que este tipo de ressalva informa propostas de incorporação da alteridade no jornalismo, como sugere Lago (2010). A autora propõe uma aproximação do fazer jornalístico com a Antropologia, de modo a alcançar uma prática de alteridade mais plena. Lembramos que essa disciplina nasceu como um empreendimento europeu carregado de características imperialistas, cujo objetivo podia ser tanto catalogar, identificar de forma taxonômica novas comunidades – tidas então como primitivas,

¹² No original: “en tiempos del capitalismo tardío, la ‘cultura’ – es decir, el mercado de bienes simbólicos – se ha convertido en la columna fundamental para la reproducción del capital. [...] La producción, transformación y circulación de información son el objeto de la mayor parte de las tecnologías importantes que se introducen en la economía. Dicho en otras palabras: la creación de riqueza ya no se basa tanto en la explotación de recursos naturales ni en la producción de bienes industriales de consumo, como pensaba Marx, cuanto en la producción de bienes simbólicos llevados al mercado en forma de imágenes y conocimientos” (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 742).

pois comparadas com a sociedade europeia, entendida como pináculo do desenvolvimento humano – quanto encontrar formas de gerir e dominar essas comunidades¹³. A disciplina, no entanto, se bifurcou e gerou vozes que se opõem e criticam essa postura.

De maneira geral – e ideal – quando nos referimos ao fazer antropológico clássico nos referimos a “um trabalho de campo descritivo, que remonta a uma tradição que buscava as sociedades em sua integralidade, que pressupõe a aquisição de conhecimento através de uma singular experiência com a alteridade, com o Outro” (LAGO, 2010, p. 170). Nos anos 1960, a disciplina passa a incorporar também o estudo de sociedades urbanas. Esse movimento levanta questionamentos sobre as relações de poder que orientam e estruturam o encontro do sujeito-pesquisador com o Outro-objeto. O trabalho de campo do antropólogo, apesar da sua extrema importância para a disciplina, nem sempre se efetivará plenamente (LAGO, 2010). Para a autora, é a tradição de questionamentos em relação a este trabalho de campo e o “lugar primordial ocupado pela reflexão sobre a relação com a alteridade” (LAGO, 2010, p. 172) que distinguem a Antropologia do Jornalismo. Enquanto a primeira possui um “repertório reflexivo com questões, dilemas, paradoxos e conflitos inerentes a este confronto/encontro”, o segundo se constitui como um espaço onde o Outro “está dado *a priori* dentro de estereótipos bastante claros: ou criminalizado (no mais das vezes) ou glamourizado em narrativas que o percebem descontextualizado” (LAGO, 2010, p. 173).

Dentre as razões encontradas por Lago (2010) para essa diferença está o fato de que o jornalismo recorre, em geral, a fontes associadas à macroestrutura. O jornalismo escolhe como referência para suas narrativas atores sociais inseridos num esquema institucional capitalista, e quando se volta para o indivíduo comum representa-o de forma passiva. Entendemos que, em boa medida, essa preferência por fontes institucionais é uma decorrência das rotinas produtivas e da configuração contemporânea do sistema midiático. Mas, mesmo no caso da série de reportagens *Out of Eden*, onde há uma prática que se aproxima do encontro antropológico comentado por Lago (2010), veremos que a representação do Outro no discurso jornalístico ainda é limitada.

¹³ Estamos falando aqui de autores com fortes laços com instituições imperialistas como Radcliff-Brown e Lucy Mair, por exemplo.

Propomos que há similaridades entre o Orientalismo e o Jornalismo. Ambos são discursos institucionalmente respaldados. Ambos produzem um corpo de conhecimento socialmente reconhecido e reproduzido. Contudo, enquanto o Orientalismo tem um objeto definido e restrito – o Oriente – o Jornalismo se propõe – e é socialmente instado – a falar sobre a realidade, a atualidade. Acreditamos que essa diferença, por mais significativa que seja, no entanto, não muda as estruturas ideológicas e discursivas nas quais operam orientalistas e jornalistas.

Resende (2007), parece ir no mesmo sentido, ao afirmar que

[...] hoje a mídia, com o seu amparo institucional e por meio dos seus objetos que produzem falas, constitui-se como uma instância fundamental, porque certamente reguladora e mantenedora de um *status quo* que visa à ordenação dos fatos que tecem nossas relações sociais. (RESENDE, 2007, p. 83)

A questão é que pela estrutura do discurso, da linguagem e da sua configuração contemporânea, o jornalismo, ao falar sobre o outro, o representa segundo as tipificações hegemônicas, articula-se com saberes hegemônicos, reproduz estruturas de poder coloniais, na maioria das vezes vedando a possibilidade de se autorrepresentar àqueles a quem pretende dar voz.

4 UM PASSO DE CADA VEZ

4.1 Metodologia

O presente trabalho é fruto de uma série de inquietações frente à prática jornalística em um contexto globalizado. Inquietações que podem ser relacionadas a perguntas como: que estruturas estão por trás das narrativas jornalísticas? Quem narra, de onde narra e por quais motivos narra? Como os personagens descritos nas reportagens interferem na narrativa? Qual a posição destes personagens em relação ao repórter? De que maneira as reportagens ao mesmo tempo em que apresentam o Outro também o transformam em Mesmo? Como o jornalismo pode lidar com a diferença, como pode se constituir em um espaço de múltiplas vozes, de pluralidade democrática?

Essas são algumas das perguntas que informam a leitura do corpus e desencadeiam a crítica. Elas não se remetem a significados ocultos ou verdadeiros, que podem ser alcançados atravessando um nível de entendimento. Elas se remetem à forma como os textos significam, como se conectam a esse ou aquele discurso e quais sentidos são mobilizados como consequência desse processo. Mais do que mera transmissão de informações, esses discursos constituem sujeitos, dialeticamente.

Não pretendemos assumir uma posição privilegiada. Apenas, esperamos deslocar nosso olhar de modo a estudar o processo de produção de sentidos, oferecendo uma nova perspectiva. Nossa iniciativa teórica visa a “problematizar as maneiras de ler”, “perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade” (ORLANDI, 2003, p. 9). Portanto, nos remetemos ao dispositivo teórico-metodológico da análise do discurso, associado às teorias pós-coloniais, do sistema-mundo, e às discussões sobre o jornalismo.

Em *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, Eni Orlandi (2003) propõe alguns fundamentos para a disciplina. A autora define o discurso como objeto sócio-histórico, cuja leitura deve ser problematizada. Através da análise de discurso é possível expor as relações de força de um texto, que dependem dos lugares de fala assumidos. Conforme a autora argumenta, no discurso linguagem, história e ideologia se articulam, criando sentidos. Ao evidenciar o caráter histórico dos sentidos, se

utilizando das noções de paráfrase e metáfora, a autora oferece importantes dispositivos para a crítica do discurso jornalístico.

A paráfrase, para ela, é o retorno aos mesmos espaços de dizer. Sua fixação, sua repetição. Ou seja, ao reiterar processos cristalizados o jornalismo tende a trabalhar a linguagem a partir da paráfrase. O movimento de transformar uma realidade descontínua e contraditória em um conjunto de notícias que organiza os acontecimentos em uma unidade coerente é parte do que caracteriza o jornalismo; paralelamente, lembramos que “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem em relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2003, p. 46).

Visando responder nosso problema de pesquisa – entender como o discurso jornalístico retrata a diferença, o Outro, na série de reportagens *Out of Eden* – buscamos um referencial teórico – pós-colonialismo e sistema-mundo – que nos auxilia a identificar esse Outro. Também buscamos a contribuição de autores ligados às teorias do jornalismo de modo a problematizar a relação entre suas autorrepresentações e a necessidade ou a vontade de abarcar aquilo que não é ele – o que contribui para a nossa leitura do objeto de pesquisa e ajuda a fundamentar o *locus* de enunciação. Agora, pretendemos articular os temas discutidos anteriormente frente ao nosso objeto, com o objetivo de caracterizar as estratégias discursivas utilizadas nas reportagens.

Assim, passamos agora a um mapeamento das vozes no texto das reportagens e a uma discussão sobre os sentidos cambiantes de *nós* e *eles*, especialmente em relação às ideias de humanidade e modernidade. Com o mapeamento de vozes, pretendemos confrontar a produção jornalística com a representação do jornalismo como instituição, seu discurso de legitimação. Como discutimos anteriormente, o discurso jornalístico se propõe polifônico – sua autorrepresentação é de uma instituição que se propõe a dar voz a diferentes setores da sociedade.

O discurso é fruto do trabalho de interação entre sujeitos – como vimos antes, é sua característica dialógica e intersubjetiva, que inclui tanto processo de dizer quanto o processo de interpretar. O discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar seu caráter polifônico ou monofônico é preciso mapear as vozes que o conformam e, nesse movimento, refletir sobre as posições de sujeitos ocupadas por indivíduos distintos. (BENETTI, 2007, p. 116)

Segundo Benetti (2007), temos dois níveis distintos quanto à definição das vozes no discurso. Na primeira abordagem, que a autora considera mais superficial,

“temos três instâncias de sujeitos inscritos em um discurso: o *locutor*, o *alocutário* e o *delocutário*” (p. 116, grifo da autora). Em outras palavras, temos: quem fala, para quem se fala, e de quem se fala. Como veremos, essa é uma classificação preliminar que pode indicar alguns aspectos interessantes do discurso jornalístico/colonial.

No segundo nível trabalha-se com os conceitos de locutor e enunciador. “O locutor é quem fala, o enunciador é aquele 'a partir de quem se vê’” (BENETTI, 2007, p. 119). Assim, “se todas as quatro fontes [de uma reportagem] enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador” (BENETTI, 2007, p. 119).

Para alcançar os objetivos propostos, vamos investir contra o efeito de literalidade, a impressão de que há um sentido ou uma verdade natural. “O efeito de literalidade cresce proporcionalmente ao apagamento de uma ideologia *como ideologia*” (BENETTI, 2007, p. 108, grifo da autora). É a ilusão do efeito referencial que sobrepõe palavra e coisa, que vela manobras e estratégias estilísticas e retóricas constitutivas da história/narrativa, que maior ou menor ênfase ainda aparece nas premissas jornalísticas de objetividade e imparcialidade.

Assim, nos comprometendo a posição teórico-metodológica da Análise do Discurso, começamos por trazer algumas informações sobre o veículo jornalístico que analisamos, e também sobre o jornalista envolvido no projeto. Acreditamos que essas informações devem enriquecer e informar nossa leitura das posições de sujeito. Claro, temos consciência de que “o que [o autor do texto] sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados” (ORLANDI, 2003, p. 32), e por isso temos o aporte teórico já apresentado: a crítica ao Orientalismo, as teorias pós-coloniais e do sistema-mundo, as discussões sobre o jornalismo como conhecimento e como discurso.

4.2 *National Geographic*, Paul Salopek e a série *Out of Eden*

Agora que apresentamos os autores e conceitos que orientam nossa análise, podemos, enfim, nos debruçar sobre a série de reportagens *Out of Eden*. De forma a esclarecer a natureza do nosso objeto de estudo, convém apresentarmos a *National Geographic*, uma das instituições que financia o projeto e responsável por sua publicação, e o repórter Paul Salopek, autor da série de reportagens.

A revista onde foram publicados os textos que analisaremos é referência nesse tipo de trabalho. O veículo é parte da *National Geographic Society* (NGS), uma instituição de pesquisa e exploração fundada em 1888, nos Estados Unidos. Desde sua concepção, a organização proclama ter o propósito de promover a produção de conhecimento científico, a exploração do planeta e a preservação da natureza. Além da revista, publicada em 38 línguas¹⁴, a NGS está presente em inúmeros países através de canais de TV, livros, guias de viagem e, obviamente, na internet.

National Geographic começou a ser publicada no Brasil em 2000, pelo grupo Abril. Quase todo o conteúdo da edição nacional é produzido por profissionais estrangeiros, espalhados pelo globo. Esse conteúdo é posteriormente traduzido e acompanhado de algumas matérias que focam temas identificados com o Brasil.

Segundo Mizan (2011), a história da NGS está em direta relação com as representações que encontramos hoje nas revistas.

A fundação da *National Geographic Society*, em 1888, seguiu a formação, na Inglaterra, da *Royal Geographic Society*, de 1830. A formação da *National Geographic Society* nos Estados Unidos da América ilustra uma mudança de foco, tanto político como econômico. Até esse momento, os novos territórios anexados eram controlados militar e politicamente. Perto do fim do século XIX, também passaram a ser controlados cientificamente e economicamente. (MIZAN, 2011, p. 1, tradução nossa)¹⁵.

Apenas nove meses depois, a autora destaca, a primeira edição da revista foi publicada. Ainda segundo Mizan (2011), de 1888 até 2012, a organização financiou e apoiou mais de 8 mil explorações e projetos de pesquisa.

De forma esquemática, Mizan apresenta a história da revista. Num primeiro momento, a publicação tinha um cunho exageradamente científico, considerado maçante pelo público em geral. Com o objetivo de mudar essa percepção e popularizar os temas abordados, os editores da revista decidiram procurar outra abordagem, que favorecia relatos em primeira mão, com uma escrita direta, objetiva, com menos termos técnicos. Já nas primeiras edições, alguns artigos anunciaram a tendência que segue até hoje: relatos de terras 'exóticas', tribos africanas e asiáticas.

¹⁴ Informações do site da NGS: <http://www.nationalgeographic.com/about/>.

¹⁵ No original: "The foundation of the National Geographic Society in 1888 in the United States followed the 1830 formation of the Royal Geographic Society in England. The formation of the National Geographic Society in the United States shows a change of focus, as much political as well as economical. Up until then, the newly found lands were controlled militarily and politically. Towards the end of the 19th century, they started being controlled scientifically and economically, too" (MIZAN, 2011, p. 1)

“[...] O estudo ‘científico’ de outros lugares e pessoas foi influenciado por modos de pensamento que eram locais e não universais” (MIZAN, 2012, p. 3, tradução nossa¹⁶).

Mizan ilustra essa afirmação com recortes de reportagens racistas, que tratam os negros como “material perfeito para serem escravos”, onde são retratados com características selvagens e bestiais. Depois de um período de instabilidade nos anos 1950, através de uma série de mudanças, a revista chegou a uma configuração semelhante à que mantém até hoje. Desde então, definiu-se que o uso de fotografia fosse abundante, inclusive abrindo cada reportagem com uma foto de página dupla. Foi nessa época que a organização avançou em direção a outras mídias, especialmente a TV.

“Ao longo de sua existência a revista foi acusada de publicar somente artigos e matérias amenas e agradáveis. Um dos mais importantes princípios editoriais de Grosvenor era evitar qualquer controvérsia, crítica ou partidatismo” (MIZAN, 2012, p. 5, tradução nossa¹⁷). Essa postura, conhecida como “óculos cor de rosa”, foi censurada, baseada especialmente em argumentos relacionados à qualidade do jornalismo apresentado. O ponto de virada começou com a publicação, em dezembro de 1970, da primeira matéria que reconhecia o impacto negativo da ação humana na natureza (MIZAN, 2012, p. 8). Desde então, prevalece uma postura jornalística crítica com relação às pautas¹⁸.

Um fato curioso aludido por Mizan (2012) demonstra que o locus de enunciação desta publicação já está marcado no seu nome: “Em 1942, a bandeira estadunidense apareceu pela primeira vez na capa da revista, dando mais significado ao National do título, o que implica que sua Geografia tem uma perspectiva, que direciona suas representações” (MIZAN, 2012, p. 4, tradução nossa¹⁹).

¹⁶ No original: “the ‘scientific’ study of other places and people was influenced by modes of thinking that were local and not universal” (MIZAN, 2011, p. 3).

¹⁷ No original: “During its existence the magazine has been accused of publishing articles that are of a pleasing and amenable nature. One of the most important of Grosvenor’s editorial guiding principles was to avoid anything that was controversial, critical or partisan in nature” (MIZAN, 2011, p. 5).

¹⁸ Tangencialmente, pontuamos que desde sua fundação a *National Geographic Society* e a revista *National Geographic* foram organizações sem fins lucrativos, apesar de sua divisão de audiovisual ter colaborar há mais de 18 anos com outras emissoras e canais de TV. No entanto, em setembro deste ano, a 21st Century Fox adquiriu a maior parte das ações da organização, passando a ter controle da operação. As implicações da aquisição sobre o conteúdo produzido pela NGS ainda não são claras.

¹⁹ No original: “In 1942, the American flag appeared for the first time on the Magazine’s cover, conferring further meanings to the National part of the magazine’s name which implies that its Geography has a perspective, [that] gives direction to its representations” (MIZAN, 2011, p. 4).

Outra instituição parceira na série de reportagens *Out of Eden* é a *Knight Foundation*²⁰, cujo objetivo seria o de promover ideias inovadoras no campo do jornalismo e da comunicação, informando e engajando comunidades. A participação dessa fundação no projeto é mais voltada à um laboratório narrativo, fornecendo ferramentas experimentais de cartografia, jornalismo digital e mídias sociais.

No caminho, ele vai entrar em contato com as principais histórias da nossa época – da mudança climática às inovações tecnológicas, da migração em massa a preservação cultural – quando caminhar ao lado das pessoas que habitam essas manchetes todos os dias. Paul também está buscando as histórias mais escondidas das pessoas que raramente viram notícia. Seus contos destacam uma verdade central da humanidade nesta era globalizada: as narrativas mais importantes de nosso tempo, que já foram monopolizadas pelos países desenvolvidos, hoje, cada vez mais, aparecem nas margens do mundo. (ABOUT THE PROJECT, 2015, n.p, Tradução nossa ²¹).

Paul Salopek, o jornalista responsável pelo projeto *Out of Eden*, nasceu na Califórnia, EUA, e é bacharel em biologia ambiental pela Universidade da Califórnia. Como correspondente internacional, trabalhou na África, no Oriente Médio, na Ásia Central e na América Latina²². Dentre uma série de prêmios por seus trabalhos, publicados em jornais e revistas como *Chicago Tribune*, *The Atlantic* e *Foreign Policy*, destacam-se dois prêmios Pulitzer: em 1998 por uma matéria sobre o projeto Genoma humano e em 2001 por sua cobertura internacional na África, onde reportou crises políticas e epidemias.

O projeto idealizado por Salopek se alicerça sobre pesquisas arqueológicas e genéticas. Essas pesquisas analisam o DNA de diversas populações existentes ao redor do globo em busca de sinais que indiquem e permitam reconstituir a história de nossa espécie, o *homo sapiens*. O projeto de Salopek é de longo prazo, longo alcance. Sua proposta é caminhar por 33 mil quilômetros, numa tentativa de emular a jornada dos primeiros humanos, produzindo, ao mesmo tempo, uma série de reportagens documentando sua experiência. A rota definida sai da África rumo ao Oriente Médio. De lá, segue a leste, através da Ásia, até a China. Então, toma o rumo norte, até a

²⁰<http://www.knightfoundation.org/about/>

²¹ No original: “Along the way he is engaging with the major stories of our time — from climate change to technological innovation, from mass migration to cultural survival — by walking alongside the people who inhabit these headlines every day. Paul is also seeking the quieter, hidden stories of people who rarely make the news. Their tales highlight a central truth of our humanity in this globalized age: The most important narratives of our time, once monopolized by the developed world, now increasingly appear at the world’s margins”. (<http://www.outofedenwalk.com/page/about/>)

²² <http://www.outofedenwalk.com/page/biography/>; <http://pulitzercenter.org/people/paul-salopek>;

Sibéria, onde atravessa o estreito de Bering e chega ao Alasca, no continente americano. O destino final é o sul da América, a Terra do Fogo.

É importante ressaltar que as reportagens analisadas são parte de um empreendimento multimídia maior, que inclui publicações em vídeo em sítios da internet e também parcerias com instituições de ensino. *Online*, funciona como um laboratório de *slow journalism*, oferecendo um fórum para discussões sobre jornalismo e mídias digitais. A cada 100 milhas (160 quilômetros) o jornalista produz uma fotografia em 360°, registra o som ambiente e grava uma entrevista-padrão com a pessoa mais próxima. Em parceria com outras entidades, como o *Harvard's Center for Geographical Analysis*, desenvolve novas ferramentas de cartografia digital, de modo a explorar novas possibilidades narrativas. Com certa frequência, ele publica *dispatches*²³– textos curtos, como entradas em um *blog*, sobre temas variados. Fora da internet, são publicadas reportagens na revista *National Geographic*, impressa em diversos países.

Por questões práticas, especialmente referentes ao volume de informações, decidimos restringir nosso objeto de pesquisa às quatro primeiras reportagens publicadas na edição brasileira da revista – que coincidem, geograficamente, ao trecho que vai da Etiópia até o Oriente Médio. O fato de a série de reportagens ainda estar sendo produzida também influenciou nossa opção por delimitar o objeto de pesquisa às quatro primeiras matérias. A última delas foi publicada em março de 2015, quando o projeto da presente monografia já começava a ser desenvolvido.

A peregrinação do estadunidense começou em 2013. Ou seja, ainda está ocorrendo. Até novembro, quando encerramos o trabalho, ele havia percorrido mais de 4 mil quilômetros e se encontrava na Georgia. A previsão é de que o projeto *Out of Eden* seja concluído em 2020. Ainda vale lembrar que as reportagens não têm uma periodicidade definida. Selecionamos para analisar neste trabalho as quatro primeiras, publicadas nas edições de dezembro de 2013, julho de 2014, dezembro de 2014 e março de 2015. As matérias são intituladas, respectivamente, *Pelo mundo afora*; *Os poços da memória*; *Benção. Maldição. Cobiça*. *A travessia da Terra Santa*; e *Vítimas do terror*.

Trazemos estas informações pois acreditamos que a autorrepresentação no jornalismo é importante para reconhecer o locus de enunciação e para compreender

²³ Em <outofedenwalk.nationalgeographic.com>

os sentidos mobilizados nos discursos. Além disso, algumas das pautas projetadas/delineadas de antemão, fruto da pesquisa feita pelo autor antes de começar a jornada, chamam atenção, por exemplo, por apresentarem uma ideia de narrativa universal da humanidade, que liga um presente contemporâneo aparentemente homogêneo no mundo todo, com um passado comum a todos.

4.3 Nós... quem?

Em uma primeira leitura das quatro reportagens que fazem parte do corpus deste trabalho, alguns pontos se sobressaem. Paul Salopek cita nominalmente, em média, oito indivíduos por reportagem, de um total de 31. Destes, oito são guias ou cuidadores de camelos a seu serviço e quatro são arqueólogos. Além destes personagens que descreve e a quem, aparentemente dá voz, Salopek também recorre a figuras do passado.

Na reportagem *Os poços da memória*, de julho de 2014, cita Charles M. Doughty, "explorador europeu" do século XIX. A menção a estes "exploradores", "eruditos" e especialistas no oriente evidencia alguma medida de continuidade ou reverberação do discurso orientalista. Eles são citados de forma a indicar a passagem do tempo no Hejaz²⁴. Afinal de contas "se o Hejaz ainda exerce algum fascínio sobre o mundo não muçulmano, é graças à sua longa caravana de cronistas estrangeiros" (SALOPEK, 2014a, p. 66). A história do local não interessa ou não existe. Na verdade, só ganha importância quando entra em contato com ocidentais, através das lendas a respeito de aventureiros europeus. O que interessa é o Hejaz criado nas páginas desses orientalistas: "esses europeus testemunharam um mundo trancado no tempo" (SALOPEK, 2014a, p. 67).

O jornalista contrapõe suas percepções contemporâneas – camionetas Toyota HiLux – com as descrições de Doughty: "Chega quase a 2 milhas a extensão da lerdá multidão de homens e animais, com largura de centenas de jardas nas planícies abertas" (SALOPEK, 2014a, p. 66). E reconhece, mesmo que brevemente, o caráter narrativo/simbólico/efêmero das referências orientalistas que cita nesse movimento pendular, entre um passado mítico e um presente "moderno": "Esse Hejaz literário, se de fato existiu, desapareceu faz tempo sob subúrbios e galerias de lojas em estilo

²⁴ Região na Arábia Saudita

americano. Ainda assim, na orla do antigo porto de peregrinos de Al Wajh, topamos com o fantasma de um dos mais famosos desses orientalistas” (SALOPEK, 2014a, p. 67). Esse contraponto é importante, pois ao mesmo tempo em que reconhece o caráter transitório, a perspectiva europeia do conhecimento que cita – “se de fato existiu” – Salopek empreende uma crítica, que se repete ao longo da reportagem: o desenvolvimentismo e a modernização nos moldes capitalistas encobre a memória local, se sobrepõe a valores tradicionais. Para isso, dá voz a moradores do Hejaz: “‘trocamos o passado por riqueza’, lamenta Ibrahim, um engenheiro no porto de Al Wajh” (SALOPEK, 2014a, p. 71).

Valendo-se da ideia de Said de que os discursos se servem de ‘arquivos’ ou fontes de conhecimento comum para se constituir, Hall enumera os principais recursos que, ao longo do processo de expansão colonial, vão nutrindo e constituindo o discurso *West/Rest*, a saber: os conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas e religiosas, as mitologias (Eldorado, lendas sexuais etc.), além dos relatos de viajantes. A partir dessas fontes constituem-se as polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, bom – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim. Uma vez constituídos, tais binarismos tornam-se ferramentas para pensar e analisar a realidade. (COSTA, 2006, p. 119)

Como notado por Costa (2006), os conhecimentos presentes no discurso jornalístico analisado contribuem para a caracterização e polarização do Mesmo e do Outro. Entendemos que outra estratégia empregada nesse sentido diz respeito as categorias utilizadas ao longo da narrativa.

[...] precisamente pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades. (LANDER, 2005, p. 13)

Esse tipo de universalização da experiência europeia fica evidente naqueles momentos em que Salopek narra momentos do passado da espécie humana. Ao tentar lidar com as origens do *Homo sapiens*, Salopek se depara com uma discussão muito mais complexa. Pois ao escrever num movimento pendular, oscilando entre passado e presente, escolhe falar por nós, enquanto humanidade, e ao fazê-lo imputa características a essa coletividade global e transhistórica. Salopek descreve em sua narrativa os humores de seres humanos que viveram há 60 mil anos, em condições

quase que totalmente desconhecidas. No entanto, ao analisar essa coletividade monumental (a humanidade desde a pré-história) – uma criação de Salopek –, percebemos que há uma tendência do sujeito de projetar suas características, ou às de sua sociedade, no todo.

Um dos trechos mais significativos, nesse sentido, é: “Faynan 16 sugere que a religião organizada - fome espiritual, e não estômagos vazios - pode ter interrompido nossas andanças, despertado nosso urbanismo e nos tornado modernos” (SALOPEK, 2014b, p. 81). Neste exemplo, o discurso posto encobre o fato de que nem todas as sociedades humanas são urbanas, encobre o fato de que ainda existem comunidades nômades. A ideia de uma narrativa linear de desenvolvimento da humanidade, que teve seu urbanismo despertado, sugere um tempo sincrônico, suprime as peculiaridades de diferentes populações sob o manto da modernidade. O que acarreta uma série de coisas, entre elas uma posição no sistema-mundo capitalista/colonial.

Essa narrativa teleológica e linear da história humana também está evidente em:

Caçar, o imperativo nômade, ficou ultrapassado para sempre. Os povos recém-assentados começaram a empilhar pedra sobre pedra, erguendo as primeiras aldeias, vilas, cidades. Surgiu o metal fundido. Vieram o comércio e os exércitos. Todo um novo mundo, que ainda hoje habitamos. (SALOPEK, 2014b, p. 81)

Ainda podemos perceber a aparição desta humanidade construída em sequências como: “O resultado, diz Konner, é um estado psicológico que buscamos desde a aurora da nossa espécie, ‘aquela sensação oceânica de unidade com o mundo’” (SALOPEK, 2014b, p. 93); ou então: “Aqui, muito tempo atrás, inventamos as cidades. Aqui de novo nos dispersamos pela guerra, como tésseiras quebradas, de volta ao nomadismo” (SALOPEK, 2014b, p. 87).

Outra peculiaridade que detectamos, relacionada à dicotomia nós e eles consequência da universalização de ideais ocidentais, diz respeito à modernidade. O que se percebe, na verdade, é uma oscilação no sentido de moderno/modernidade. Quando se refere a humanidade em geral, moderno se refere ao período inaugurado no fim da pré-história. Quando se refere a populações ou localidades específicas, o sentido se articula/associa ao norte global, Europa e Estados Unidos, e a características dominantes do sistema-mundo capitalista-colonial.

O seguinte recorte ilustra o que queremos dizer:

O calçado é um dos elementos primordiais da identidade moderna. Como vislumbrar os valores de um indivíduo do século 21? Basta olhar para os pés

- e não para os seus olhos. No 'norte global' rico, onde a indústria da moda atende a todo capricho e vaidade, os sapatos anunciam a classe social, a profissão e até mesmo a preferência sexual da pessoa. Por tudo isso, é desorientador andar por uma paisagem na qual os seres humanos - milhões de mulheres, homens e crianças - passam o dia com o mesmo tipo de calçado: as baratas, onipresentes e versáteis sandálias etíopes. A pobreza determina a demanda. A marca aqui é a da necessidade. (SALOPEK, 2013, p. 46)

Primeiro, há a associação do calçado com a identidade moderna, a seguir, a afirmação de que estar em meio a uma sociedade em que todos usam o mesmo calçado é “desorientador”, tão desorientador quanto viajar no tempo para um passado pré-moderno, talvez? O “vetor” da desorientação poderia ser inverso, a profusão de cores, formas e texturas também pode ser acachapante, mas não o é, pois esse é o status “normal” da modernidade.

Por outro lado, temos também trechos em que a modernidade se estende a toda a humanidade. “O Oylum Höyük ergue-se no coração do Crescente Fértil - a antiga zona temperada levantina em que nasceu a modernidade. Foi aqui que a humanidade pela primeira vez se assentou em povoações, fundou cidades inventou a ideia de uma habitação permanente” (SALOPEK, 2015, p. 70). Nesse caso, a modernidade está associada a características mais amplas, que não estão restritas a oferta de mercadorias, ou a qualquer outra “invenção” do sistema-mundo capitalista/colonial.

De certa forma, a postura que estamos discutindo até aqui exemplifica temas debatidos por Bakhtin (1997) e Vizeu (2005) com relação à comunicação e à audiência presumida – “O que nos incomoda tanto nos subúrbios americanos?”, pergunta Salopek –. Ao mesmo tempo, isso só ocorre porque a posição institucional no sistema-mundo capitalista/colonial o permite fazer isso. Dizer que “esse sujeito escreve porque pode escrever é se referir não só à sociedade doméstica, mas ao mundo circundante. A capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade” (SAID, 1999, p. 120).

Nesse espírito, não podemos descuidar também do próprio “privilegio” que Salopek tem, já que pode andar desimpedido por todos estes espaços, ao contrário de seus guias e dos nativos daquela região. Esse tipo de poder de trânsito é explicitado em alguns momentos, como:

Elema, Yarri e Aidahis afirmam que estão prontos para seguir adiante. Gostariam de me acompanhar até as praias do golfo de Áden. Mas isso é impossível. Dois deles não têm passaporte – nem qualquer outro tipo de documento. ‘Tudo isso é território afar!’, protestam (SALOPEK, 2013, p. 49).

O estrangeiro ocidental tem mais facilidades de trânsito na estrutura estatal, que organiza as esferas político-judicial do sistema-mundo, do que os membros de populações nativas. O discurso da reportagem se cala sobre as razões e consequências, não demonstra qualquer autoconsciência em relação a esse privilégio, e segue adiante.

Se hoje todo o planeta se divide em Estados, não é possível dizer que sempre tenha sido assim. Essa estrutura se desenvolveu primeiramente nas sociedades europeias, e depois se espalhou pelo mundo. Desde seu surgimento, o Estado foi central para a análise social, econômica e política – mesmo (ou especialmente) em fenômenos globais – como o imperialismo e o colonialismo (FONT; RUFÍ, 2006).

De fato, entendemos que essa tendência (à universalização do pensamento e das características da sociedade europeia) decorre, em parte, da presença de um discurso científico e também do fato de que um número considerável de fontes se encontra situada num marco institucional científico.

A polaridade *West/Rest* encontra-se também na base da narrativa histórica adotada pelas ciências sociais modernas e pela sociologia, em particular. Trata-se de uma grande narrativa centrada no Estado-nação 'ocidental' e que reduz a história moderna a uma ocidentalização paulatina e heroica do mundo, sem levar em conta que, pelo menos desde a expansão colonial no século XVI, diferentes 'temporalidades e historicidades foram irreversível e violentamente juntadas'. (COSTA, 2006, p. 119-120)

Ao recorrer a fontes associadas a um marco institucional Salopek imbui sua narrativa de um discurso ocidental oficial. Como vimos em Berger e Luckmann (1999), as instituições distribuem papéis sociais. Ao reproduzir os discursos institucionalizados, então, podemos dizer que a série de reportagens analisada reforça esses papéis sociais, estabiliza-os.

A tendência que observamos é a da inclusão de diferentes locutores, quase sempre enunciando da mesma posição, uma posição que se sustenta em saberes científicos ocidentais. “O monoteísmo nasceu aqui”, Goren me diz no alto de um penhasco defronte à faixa de água cor de ferro. ‘Assim que inventamos a agricultura, não precisamos mais de ninfas em cada fonte. Os antigos deuses da natureza selvagem tornaram-se desnecessários’ (SALOPEK, 2014b, p. 77). Lembrando que Goren é “um dos mais renomados arqueólogos de Israel” (SALOPEK, 2014b, p. 74). Ou seja, o discurso científico – um arqueólogo – sustenta uma forma de vida

tipicamente ocidental – o monoteísmo – como se fosse uma etapa a ser atingida pela humanidade em seu desenvolvimento.

“Hoje, contudo, além do seu armamento usual de adagas e fuzis Kalashnikov, não se separam jamais de seus celulares. ‘Deu poder a eles’, diz Mulukan Ayalu, 23 anos, um técnico do governo etíope que cuida da minúscula usina elétrica de Dalifagi” (SALOPEK, 2013, p. 46). Aqui, ao invés de ouvir dos pastores afar a quem se refere, Salopek cita um técnico do governo, que fala por eles, apontando que os celulares, artefato rapidamente associado ao estilo de vida ocidental – assim como os fuzis russos Kalashnikov –, “deu poder a eles”.

A escolha por fontes e citações científicas embasa inclusive as generalizações em relação à humanidade construída por Salopek, como já discutimos acima: “O antropólogo Melvin Konner descreveu como os mestres *num* do povo Kung San, os xamãs do Kalahari [...] induzem um transe espiritual por meio de horas de dança em volta da fogueira. [...] O resultado, diz Konner, é um estado psicológico que buscamos desde a aurora da nossa espécie” (SALOPEK, 2014b, p. 93). Ou seja, nós – a humanidade – buscamos um transe espiritual, segundo o antropólogo. Os caminhos para essa afirmação – como Konner concluiu o que todo humano vivo e morto desejava – não estão aparentes no texto e, supomos, deve nos bastar que essa afirmação esteja inserida num marco científico.

Em outro momento, comenta a necessidade de preservação da história do Oriente Médio: “Aqui há muita história – muito que precisa ser preservado, documentado, recuperado” (SALOPEK, 2014b, p. 87). Claro, o trabalho de preservação e recuperação é feito por “especialistas gregos, australianos e jordanianos reúnem-se aqui para remontar os pequenos cubos de pedra” (SALOPEK, 2014b, p. 86). Também quando se refere à cultura local, dos pescadores do litoral do Hejaz: “É importante registrar os poucos remanescentes genuínos das canções do mar antes que se tornem meros pastiches’, dizem pesquisadores da Universidade de Exeter, na Inglaterra” (SALOPEK, 2014a, p. 76). Mais uma vez aparece o esforço enciclopédico de catalogação, esforço empreendido por europeus. O que reverbera temas discutidos por Said (2007).

Identificamos um tipo de discurso que mistifica a história, naturaliza os acontecimentos, neste caso, a guerra. “As coisas não mudam’, diz Engin. Ele tem o sorriso cansado de um homem que pensa em milênios. ‘Potências externas continuam lutando por esta área – a Mesopotâmia. Este é o local de encontro da África, da Ásia

e da Europa. O centro do Oriente Médio. Uma porta para o mundo” (SALOPEK, 2015, p. 68). Atila Engin é um arqueólogo turco – mais uma vez a associação com um conhecimento científico – que apresenta para Salopek um sítio arqueológico, Oylum Höyük, no sudeste da Turquia. Enquanto boa parte das informações fornecidas por Engin são assimiladas no discurso jornalístico de Salopek, citadas de forma indireta, é interessante notar que esse tipo de movimento de naturalização que destacamos é apresentado como uma citação direta, que sobressai no texto. Com dois efeitos: uma espécie de reforço de credibilidade, apresentando a fonte, mas ao mesmo tempo criando uma espécie de distanciamento entre as posições de sujeito do jornalista e da fonte.

Se na sua investigação, Said comenta que “o investigador erudito considerava um tipo marcado ‘oriental’ como idêntico a qualquer oriental individual que pudesse encontrar” (SAID, 2007, p. 311), percebemos que Salopek se afasta deste padrão. O jornalista retrata alguns de seus personagens com mais atenção. No entanto, certo grau de tipificação ainda parece inevitável. Temos, por exemplo, os cartunescos guias e cuidadores de camelos: “O meu imprevisível guia afar, Elema, é um veterano caçador de fósseis para a equipe. Criado em uma cultura nômade temida por seus guerreiros intrépidos, Elema fala três línguas – afar, amárico e um desbocado patoá inglês que aprendeu com os cientistas do projeto” (SALOPEK, 2013, p. 43); os sóbrios eruditos e pesquisadores. Figuras que, se não são intercambiáveis, dependem de uma série de características implícitas, estereotipadas.

Nesse sentido, também é interessante a descrição do jornalista de um encontro que teve com quatro mulheres sauditas. O que vemos nesse trecho é uma inversão de expectativas. Aqui, a entrada do capital internacional não atua como agente rumo à globalização.

Salma Alireza, bordadeira tradicional: ‘O traje típico das mulheres no Hejaz não era a *abaya*’, a severa túnica preta imposta pelos governantes nadjis. ‘As mulheres daqui usavam vestidos azuis e vermelhos vivos em público. Isso era tradicional. Mas a vida mudou nos anos 1960. O dinheiro do petróleo jorrou. Nós nos modernizamos rápido demais. Perdemos muito em 50 anos!’ (SALOPEK, 2014a, p. 60)

As quatro mulheres entrevistadas por Salopek manifestam sua vontade de “corrigir ideias erradas sobre a Arábia Saudita” (SALOPEK, 2014a, p. 59). Nesse caso, os já-ditos que emergem do discurso jornalístico tem menos a ver com as representações sobre o Oriente e mais a ver com as representações sobre o Ocidente.

Aqui, define-se o nós a contrapelo. Trata-se do “pedaço mais cosmopolita e liberal da Arábia Saudita, um cadinho cultural, um entreposto e centro de migração, polvilhado de influências da Ásia, da África, do Levante e de outros lugares – a Califórnia da Arábia Saudita” (SALOPEK, 2014a, p. 60). Quais os sentidos que a “Califórnia” evoca? Quantos dos leitores de *National Geographic* já estiveram lá?

Na mesma linha: “A casa onde conversamos é um projeto elegante, chique, minimalista, com decoração global” (SALOPEK, 2014a, p. 61). Se a “decoração global” é elegante, chique, minimalista – termos, em geral, entendidos de forma positiva –, quais as características da decoração *local*? Caímos mais uma vez no tipo de polarização já comentado. Ou o jornalista coopta aquela realidade em que trabalha, tratando-a a partir de categorias e termos etnocêntricos e, assim, apagando a diferença; ou coloca a diferença como polo negativo.

Contudo, em alguns momentos, percebemos vozes dissidentes, que se contrapõem a esse discurso eurocêntrico.

Esse é o complexo de produção de açúcar Tendaho, um projeto conjunto etíope-indiano que está fazendo florescer o Triângulo de Afar. Nada menos que 50 mil imigrantes logo estarão trabalhando ali, cultivando 458 quilômetros quadrados de deserto, que foi raspado, terraplanado, modelado e irrigado com as águas do rio Awash com o objetivo de garantir que o café e o chá do mundo sejam adoçados. [...] E, com isso, reduzir a dependência do país da ajuda externa – uma coisa boa, portanto (SALOPEK, 2013, p. 48)

Nessa passagem, o desenvolvimento econômico é descrito como um avanço positivo. O deserto *floresce*, através de 50 mil empregos. A economia global está corporificada no trecho: “café e o chá do mundo sejam adoçados”. Na sequência do texto, no entanto, há o contraponto de uma menina Afar, que não concorda com o projeto:

Vestida com uma túnica vermelha, ela está de pé junto a uma nova barragem. Retira água do que costumava ser o rio Awash. ‘A empresa nos obrigou a deixar as nossas terras’, conta ela, agitando os braços na direção do imenso canal. ‘Há um pouco de trabalho para nós, de Afar, mas sempre do tipo mais subalterno. Para vigiar. Ou escavar a terra’ (SALOPEK, 2013, p. 48-49)

Trata-se de um dos poucos momentos em que há uma mudança no elocutor, na posição de onde se fala. É interessante notar, no entanto, que o nome da menina não acompanha sua fala. Assim, ela se torna um personagem genérico, anônimo. Vamos descobrir seu nome (Dahara), diversos parágrafos depois, acompanhado de uma citação do romancista tcheco Milan Kundera. Entendemos, contudo, que a forma como o discurso da menina é inserido naquele contexto, indica a oposição entre

àquela região e “o mundo”. Além disso, chama a atenção a estratégia utilizada na reconstrução da fala dominante após a crítica: “Desde quando acontece isso? Essa é uma das histórias mais antigas do mundo” (SALOPEK, 2013, p. 49). Mais uma vez, há o achatamento da diferença, do dissidente, sob o peso de uma história homogeneizada nas formas do sistema capitalista. Lembramos que essa mistificação do passado é uma das características do discurso orientalista, que

Reúne opostos como ‘naturais’, apresenta tipos humanos em expressões e metodologias eruditas, atribui realidade e referência a objetos (outras palavras) de sua autoria. A linguagem mítica é um discurso, isto é, não pode ser senão sistemática; ninguém faz um discurso realmente à vontade, nem formula as declarações no discurso, sem primeiro pertencer – em alguns casos de forma inconsciente, mas sempre involuntariamente – à ideologia e às instituições que garantem sua existência. Essas últimas são sempre as instituições de uma sociedade adiantada que lida com outra menos adiantada, uma cultura forte encontrando uma fraca. A principal característica do discurso mítico é que ele encobre suas próprias origens, bem como as do objeto que descreve. (SAID, 2007, p. 427)

Essa passagem também ilustra que o elocutor dominante é um sujeito “do mundo”, que, como destacamos, em vários momentos fala pela humanidade.

Meses antes eu tinha acampado na costa do Mar Morto com uma família de beduínos. O pai, Ali Salam, era pobre. Catava latas de alumínio à beira da estrada. Sua mulher adolescente, Fatimah, uma mocinha tímida e sorridente em um vestido imundo, balançava seu bebê doente sob um encerado. Cozinhava tomates surrupiados de plantações vizinhas. Comemos em uma panela suja de fuligem. Do outro lado do asfalto, a menos de 200 metros na noite, resplandecia um punhado de resorts de luxo. Imaginei então outro casal por trás das janelas de vidro laminado: taças de vinho do frigobar nas mãos, talvez eles olhassem a noite lá fora. Será que viam nossa fogueira? Ouviriam a tosse persistente da criança? É claro que não (SALOPEK, 2014b, p. 93).

O que vemos aqui é o jornalista adotando a perspectiva dos explorados, subalternos, para fazer uma crítica às desigualdades sociais da região. Ainda assim, não podemos deixar de notar que essa pobre família não tem voz. Salopek fala sobre eles, talvez por eles. Mais uma vez, então, percebemos a recorrência de fenômenos criticados pelos autores da teoria pós-colonial. Mesmo que haja um esforço por parte do autor de buscar elementos historiográficos para contextualizar suas reportagens, entendemos que ainda assim, boa parte da história dos conflitos e disputas encontram-se como já-ditos, encontram-se subentendidos, cristalizados em saberes ocidentais/hegemônicos/eurocêntricos.

Em momentos em que sua fala, sua posição de locutor se afasta do *locus* do público/leitor/audiência, por exemplo, quando descreve a vida no deserto e a experiência da fome, a impressão é que o discurso jornalístico é capaz de aproximar

o público daquela realidade. Com isso não queremos dar total preponderância à experiência, num movimento que negaria de uma só vez a possibilidade do exercício de alteridade no relato jornalístico.

Se já sabemos de antemão que a experiência africana, iraniana, chinesa, judaica ou alemã é fundamentalmente integral, coerente, separada e, portanto, compreensível apenas por africanos, iranianos, chineses, judeus ou alemães, estamos em primeiro lugar colocando como essencial algo que, a meu ver, é ao mesmo tempo historicamente criado e resultante de uma interpretação: a saber, a existência da africanidade, da judeidade ou da germanidade ou ainda, o orientalismo e o ocidentalismo. Em segundo lugar, em decorrência disso, provavelmente defenderemos a essência ou experiência em si, em lugar de promover o conhecimento pleno dela e seus cruzamentos e dependências de outros conhecimentos. Por conseguinte, transferiremos a experiência diferente dos outros para uma posição inferior. (SAID, 1999, p. 65)

Para equacionar essa questão, autores como Jürgen Habermas (1968) sugerem o surgimento de uma nova zona de conflitos, dentro do sistema de opinião pública administrada pelos meios de comunicação, de modo a fomentar uma “discussão pública, sem restrições e sem coações, sobre a adequação e a desiderabilidade dos princípios e normas orientadoras da ação” (HABERMAS, 1968, p. 88), cujo objetivo seria dotar os “membros da sociedade com oportunidades de uma mais ampla emancipação e de uma progressiva individuação” (HABERMAS, 1968, p. 88). Apesar de algumas divergências, a teoria política de Habermas ecoa alguns temas já elaborados por Hannah Arendt (2010), em obras como *A condição humana*, em que a autora defende que na modernidade os indivíduos devem buscar a ação política para além das instituições, minimizando os efeitos da burocratização do estado e recuperando a categoria da ação. Estes temas, por mais relevantes que sejam na contemporaneidade, são muito amplos e escapam ao escopo deste trabalho. Apenas apontamos a encruzilhada entre a representação do Outro nos meios de comunicação de massa, especialmente no jornalismo, e a situação do debate político no espaço público, para futuras caminhadas.

Analisando as reportagens e também a relação da linguagem com as práticas jornalísticas, em geral, buscamos responder à pergunta: nas reportagens da série *Out of Eden*, como o discurso jornalístico retrata a diferença, o Outro? Observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória no discurso, remetemos as sequências discursivas (SDs) discutidas a uma de duas formações discursivas (FD) que, no nosso entendimento, respondem ao “binarismo” presente no texto. Remetemos à formação colonial/central (FD1) aquelas sequências associadas

a saberes eurocêntricos e à formação colonizada/periférica (FD2) aquelas sequências que mobilizam sentidos dissidentes, em geral dando voz a sujeitos marginais no sistema-mundo capitalista.

Apontamos a FD1 como dominante nos textos porque, como assinalamos, os locutores identificados enunciam a partir de uma posição inscrita num plano científico ou institucional, marcado historicamente por categorias eurocêntricas. Nesse sentido, lembramos que a própria prática jornalística se desenvolve na era moderna, inculcada por seus valores. É importante ainda notar que muitas das fontes que não se enquadram em um marco dominante, o que, a princípio, sugeriria uma multiplicidade de vozes, não são, efetivamente, múltiplos enunciadores, visto que suas falas são apresentadas simplesmente reforçando as impressões do discurso dominante. Naqueles momentos em que os enunciados partem de posições dissidentes, efetivamente dando voz ao Outro, o resultado é um reforço da fronteira nós-eles. Pelo tema das reportagens – a história dos primeiros humanos, do vir a ser da humanidade –, entendemos que as potências de um relato plural, não teleológico, não foram concretizadas. Se de fato acreditamos na pluralidade de vozes no jornalismo como um dos elementos fundamentais para sua legitimação é porque essa pluralidade deve ser capaz de reconhecer, respeitar e representar no debate público outros modos de vida, outros sujeitos, únicos ou ao menos não estereotipados.

No entanto, pelos resultados aqui alcançados, e lembrando Spivak (1993), nos questionamos sobre a própria possibilidade desse “dar voz”. Pontuamos, ainda, que Spivak responde de forma negativa a questão proposta em seu artigo “O subalterno pode falar?” (“Can the subaltern speak?”, no original). Resumidamente, a posição da autora é sustentada por uma argumentação que demonstra que as vozes subalternas, aqueles indivíduos oprimidos e marginalizados, são silenciadas pelo discurso hegemônico. O dilema se acentua, pois, a pensadora defende que mesmo que intelectuais de esquerda (ou, poderíamos esperar, o jornalismo) se engajem nessa tarefa, só são capazes de fazê-lo pois suas vozes são sancionadas por esse discurso hegemônico, o que resultaria em uma representação enviesada do Outro. No entanto, não avançaremos estes questionamentos nesta monografia, já que escapam o tema proposto, e exigem uma retomada de conceitos filosóficos diversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que no contato com culturas várias temos a possibilidade de aprofundar nossa compreensão sobre o mundo e sobre nós mesmos. Acreditamos que o contato respeitoso com outros modos de vida é fundamental para a emancipação dos indivíduos, para uma vida social mais justa, equânime e democrática. Por isso, e por entender que, no contexto do capitalismo avançado, os meios de comunicação de massa têm uma posição proeminente, o que lhes confere uma potência para a mudança social, nos perguntamos: de que forma se dá esse contato com o diferente quando mediado pelo discurso jornalístico? O jornalismo, como instituição social, se define por suas práticas e produções, assim, buscamos na série de reportagens *Out of Eden* um objeto de pesquisa que pudesse nos oferecer algum *insight* sobre o assunto. Uma das razões para selecionarmos essas reportagens, escritas por Paul Salopek, foi a forma de apuração inusitada (o *slow journalism* ou jornalismo a pé), que se coloca na contramão de uma época que exige cada vez mais velocidade na produção e transmissão das notícias e reportagens. Essa característica, na nossa opinião, torna este um caso especialmente interessante de ser pesquisado. De forma alguma pretendemos ter realizado um estudo definitivo sobre o projeto ou sobre o assunto – visto que nosso recorte foi específico e limitado pelo volume de informações e pelo tempo.

Apresentamos nossas conclusões sobre este trabalho depois de discutir, no capítulo 2, as peculiaridades dos discursos pós-coloniais, em geral, e orientalista, em específico, relacionando o tipo de estratégia discursiva empregada com formas de dominação extradiscursivas. Debatesmos o papel da cultura, da ideia de modernidade, do progresso tecnológico como justificativas para o avanço do domínio capitalista. Apontamos que a dialética centro-periferia, que marca o fluxo do capital, é acompanhada no âmbito discursivo. De forma que a hegemonia cultural dos centros afeta as representações de grupos periféricos, seja em um plano continental – como trabalha Said – seja local. O que, por sua vez, sustenta uma crítica ao oligopólio dos sistemas midiáticos, visto que o discurso jornalístico contemporâneo é produzido, quase que totalmente, no centro.

Além disso, no capítulo 3, problematizamos o lugar do jornalismo como discurso ideológico face às ideias mobilizadas para sua legitimação como instituição social. A partir do referencial teórico trabalhado, procuramos demonstrar que nas

estratégias de legitimação e na autorrepresentação do jornalismo há uma necessidade ou vontade de abarcar aquilo que não é ele. Quando o jornalismo se coloca como instituição fundamental da democracia, produtor de conhecimentos sobre a realidade social ele se coloca também como área de contato com o Outro da sociedade – que pode ser tanto uma sociedade apartada, estruturada a partir de outras categorias que não aquelas do pensamento ocidental, quanto sujeitos subalternos, marginalizados, da própria sociedade ocidental. Entendemos o Outro no jornalismo como a diferença da audiência presumida – projeção necessária para a comunicação, que restringe e direciona os sentidos, em geral, apartando a diferença.

Uma das ideias de fundo, um tema recorrente, embora tangencial, ao longo deste trabalho é a proximidade entre o Orientalismo e o Jornalismo. Com base no nosso referencial teórico, entendemos que ambos são discursos institucionalmente respaldados. Consequentemente, (re)produzem conhecimento socialmente distribuído. Dentre as diferenças entre os dois, apontamos que, enquanto o Orientalismo tem um objeto definido – mais ou menos delimitado geograficamente – o Jornalismo trabalha com limites mais difusos. Nesse sentido, entendemos que este trabalho levanta algumas questões interessantes para a área. Nosso objetivo, ao tensionar o jornalismo a partir da teoria pós-colonial, é exercer uma crítica às práticas que definem a profissão hoje, momento em que o jornalismo (no Brasil ao menos) se mostra pouco capaz e mal equipado para lidar com a diferença, incapaz de contemplar a diversidade de nossa realidade. Esperamos que nossa crítica contribua ou favoreça o despertar de potências positivas num momento de crise como o atual.

Por fim, entendemos que cumprimos nossos objetivos de maneira satisfatória tendo em vista que identificamos o Outro do discurso jornalístico a partir das contribuições teóricas discutidas nos capítulos 2 e 3. Também entendemos que alcançamos o objetivo de problematizar o lugar do jornalismo, sua autorrepresentação e legitimação como instrumento democrático, construtor da realidade social. Completadas estas etapas, pudemos, a partir do emprego da análise de discurso, apontar que, nas reportagens da série *Out of Eden*, emergem do discurso jornalístico construções etnocêntricas, visíveis, especialmente, na compreensão da modernidade como categoria ocidental universalizada e do binarismo nós-eles.

Acreditamos que estas estratégias são consequência da recorrência de fontes inseridas em um marco institucional ocidentalizado, da adoção acrítica de categorias historicamente calcadas no etnocentrismo, da própria dialética da comunicação e da

“presença” de uma audiência presumida pouco diversa. Concluimos que, no caso estudado, apesar do repórter buscar a pluralidade, os constrangimentos que atuam sobre a prática jornalística são difíceis de escapar. Mesmo o jornalismo a pé de Salopek, que em seu projeto expressou a intenção de dar voz aos anônimos, caminhando ao lado deles, “escorrega” e relaciona-se com o Outro a partir de categorias etnocêntricas. Por certo que esta problemática supera o âmbito do jornalismo – como referimos, se encontra na fundação das ciências sociais. Mas também é importante identificar – como fizemos – as limitações inerentes a atual configuração hegemônica do jornalismo, para que, através da crítica, possamos realinhar o cotidiano profissional e a legitimação social da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUT the project. **Out of Eden walk**. Disponível em: <<http://www.outofedenwalk.com/page/about/>>. Acesso em: ago. 2015.
- BAIRON, Sérgio; PRADO, José Luiz Aidar. A invenção do Outro na mídia semanal. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 252-278.
- AMADEO, Javier; ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. In: **Lutas sociais**, São Paulo, nº 25/26, p. 29-43, 1º semestre de 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Luiz Antônio. Jornalismo e Orientalismo: o Islã como “coisa-a-saber”. In: **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 1, nº 2, p. 63-77, dez. 2013.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. _____ . **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122. _____ . O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, nº 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. In: **Revista Iberoamericana**, vol. LXVI, nº 193, out./dez. 2000. Disponível em: <<http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/5813/5958>>. Acesso em: nov. 2015.
- CATROGA, Fernando. Pátria, nação, nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (orgs.). **Comunidades imaginadas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, nº 60, p. 117-134, fev. 2006.

DEANE, Seamus. Introduction. In: **Nationalism, colonialism and literature**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990. p. 3-19.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

_____. **A ideia de cultura**. Lisboa: Atividades Editoriais, 2003.

FEBVRE, Lucien. **A Europa: gênese de uma Civilização**. Bauru: Edusc, 2004.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOMES, Wilson. Jornalismo e interesse público. In.: **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como 'ideologia'**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HARVEY, David. **A companion to Marx's Capital**. Londres: Verso, 2010.

JAMESON, Fredric. Modernism and imperialism. In: **Nationalism, colonialism and literature**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990. p. 43-60.

_____. **Late Marxism: Adorno or the persistence of the dialectic**. Londres: Verso, 2007.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. In: **Brazilian Journalism Research**, [s.l.], vol. 6, nº 1, p. 164-178, 2010.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**

Universidade Federal de Santa Catarina: 1997. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>.

Acesso em: ago. 2015.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>>, acessado em: ago. 2015.

MIZAN, Souza. **National Geographic: Visual and Verbal Representations of subaltern cultures revisited**. São Paulo: USP, 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários de Língua Inglesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Dênis de. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. **Blog da Boitempo**, [s.l.], 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acesso em: ago. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O trabalho simbólico da notícia. In: **Reunião Anual da COMPOS**, 12., 2002, Recife. CD-ROM. Recife, 2002.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 81-93, 2007.

SAFATLE, Vladimir. Theodor Adorno: a unidade de uma experiência filosófica plural. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (orgs.). **O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**, volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
_____. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALOPEK, Paul. Pelo mundo afora. **National Geographic Brasil**, São Paulo: Abril, ano 14, nº165, p. 36-51, dez. 2013.

_____. Os poços da memória. **National Geographic Brasil**, São Paulo: Abril, ano 15, nº172, p. 54-77, jul. 2014a.

_____. Benção. Maldição. Cobiça: a travessia da Terra Santa. **National Geographic Brasil**, São Paulo: Abril, ano 15, nº177, p. 70-93, dez. 2014b.

_____. Vítimas do terror. **National Geographic Brasil**, São Paulo: Abril, ano 15, nº180, p. 62-75, mar. 2015.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a reader**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

TOMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. XXVI, nº 2, p. 40-52, jul./dez. 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, vol. II: A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Interpretativa Transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

VIZEU, Alfredo. Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Textos e resumos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1591-1.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El capitalismo histórico**. Madrid: Sigloveintiuno editores, 1988.

_____. **O sistema mundial moderno, vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

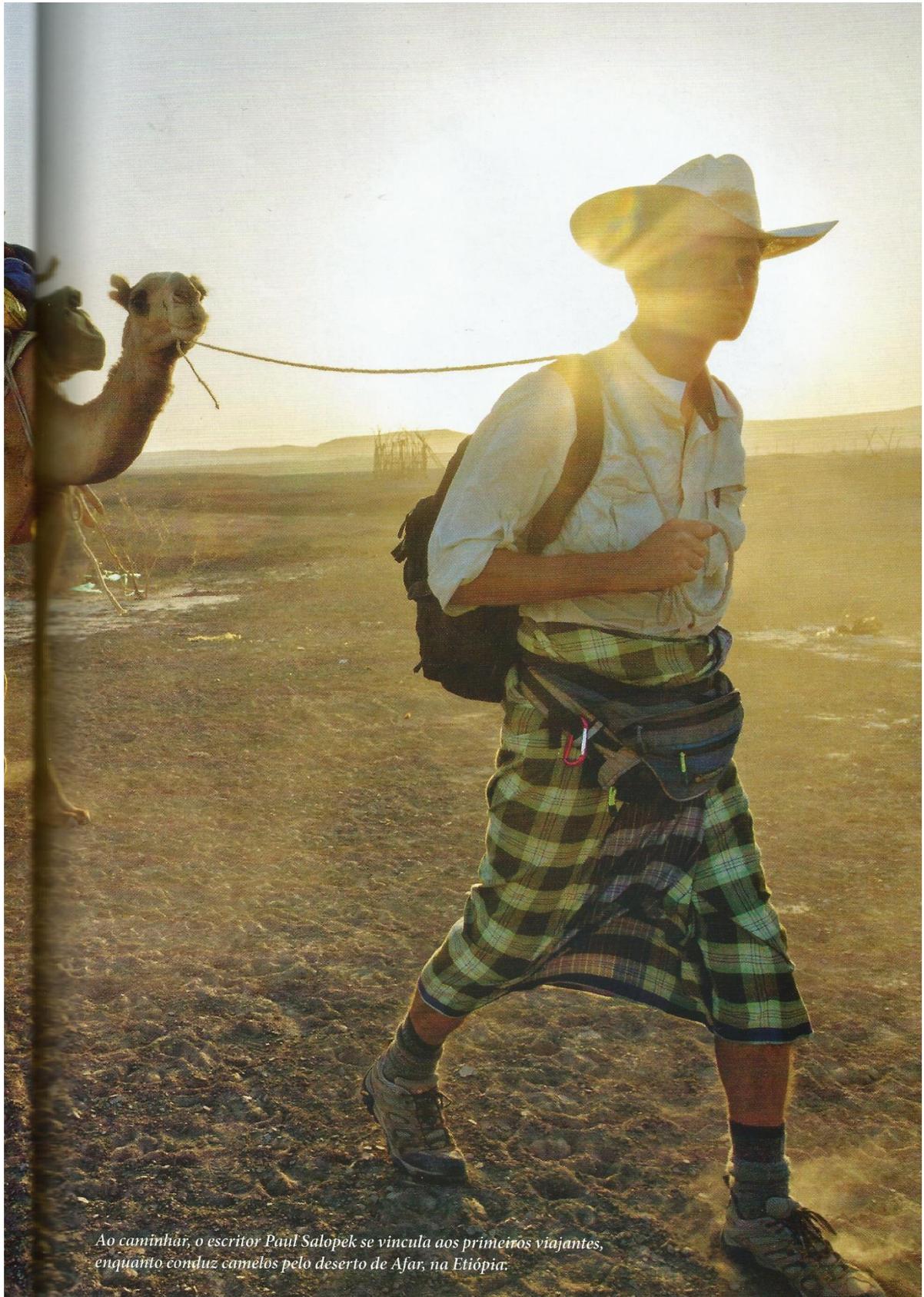
WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

ANEXO A – Pelo mundo afora

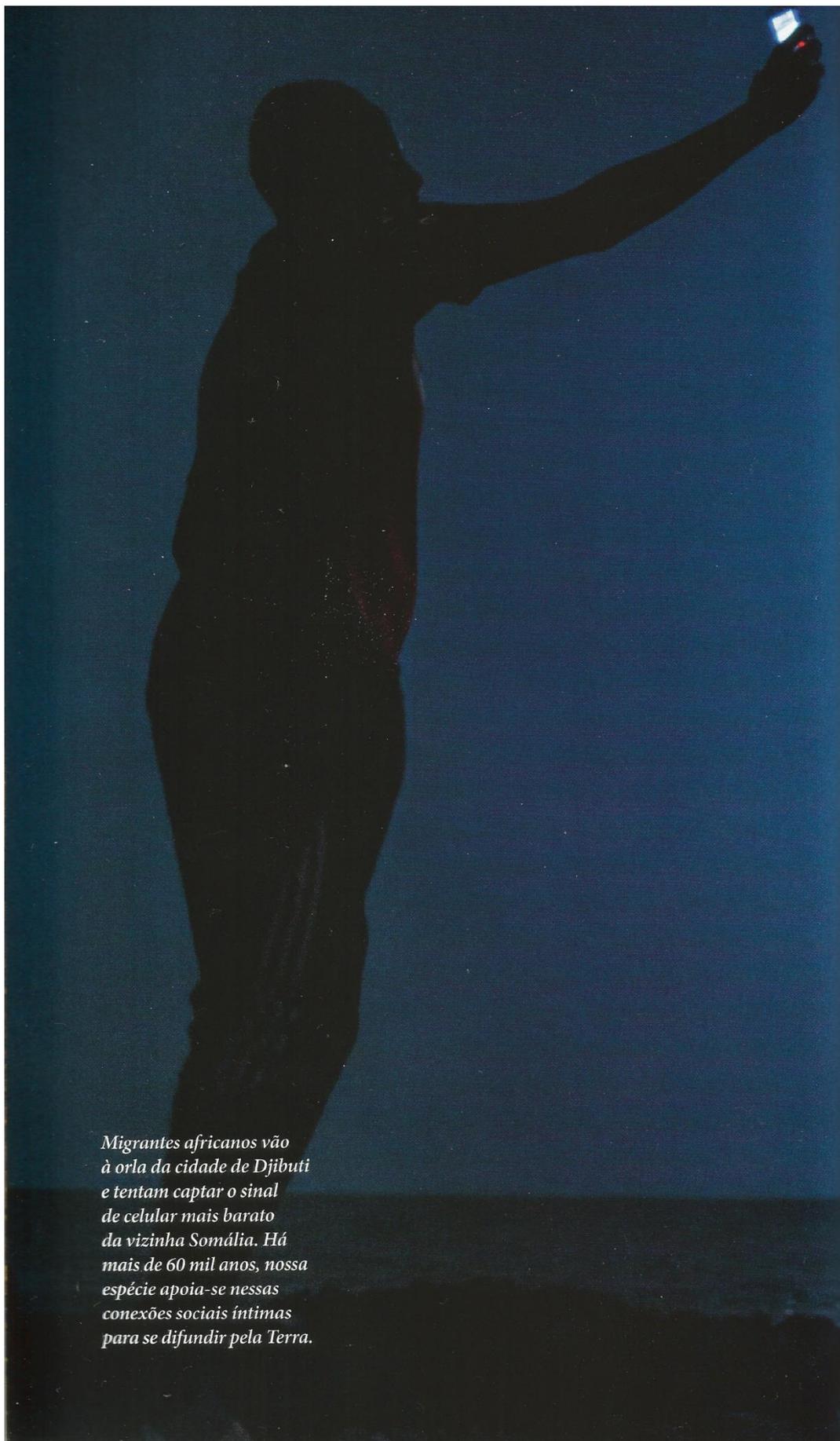
A NOVA ERA DA  EXPLORAÇÃO

PELO MUNDO AFORA

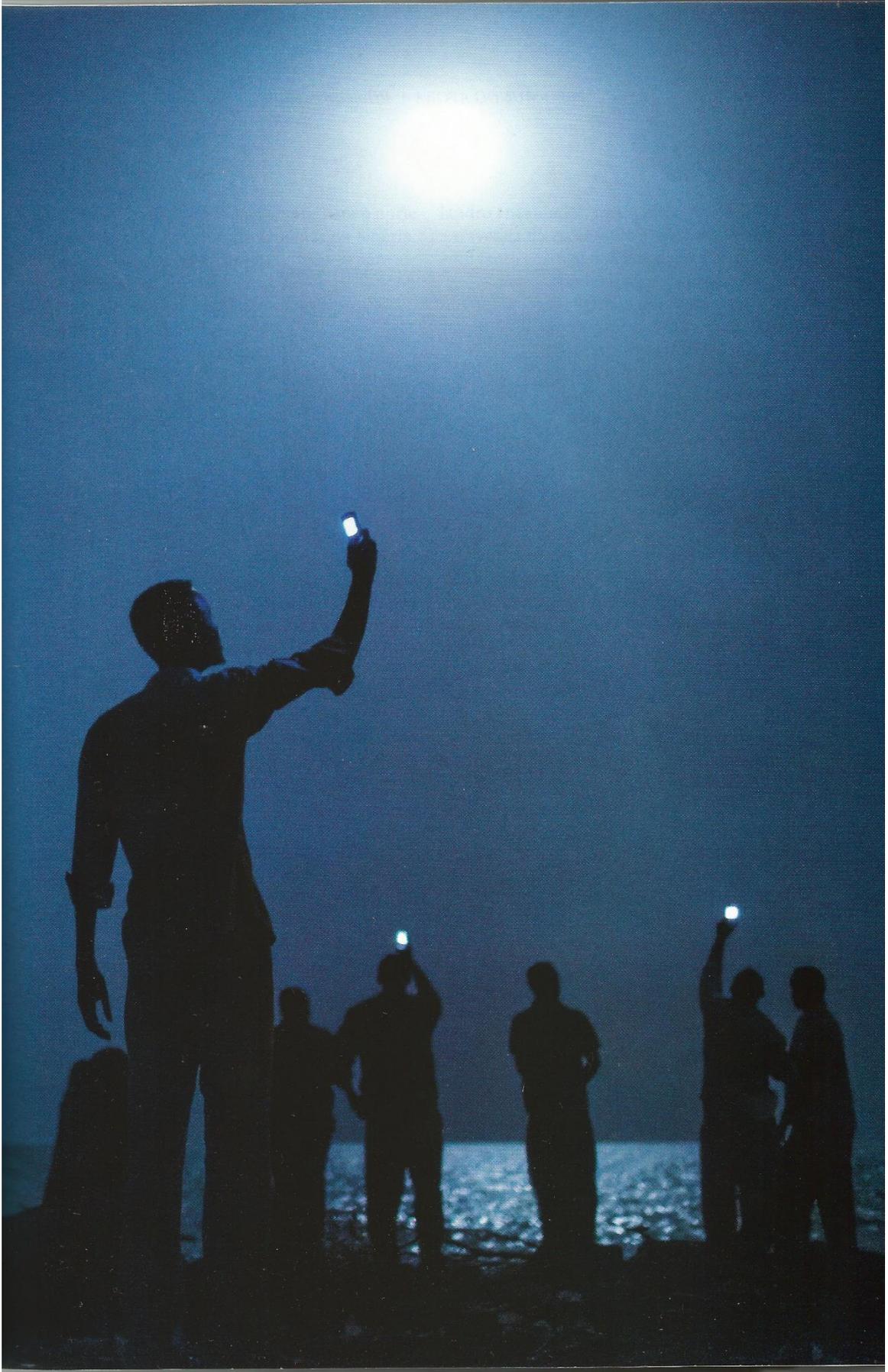
DURANTE SETE ANOS, PAUL SALOPEK
VAI ANDAR, DA ÁFRICA À TERRA
DO FOGO, SEGUINDO OS PASSOS DOS
NOSSOS IRREQUIETOS ANCESTRAIS.



Ao caminhar, o escritor Paul Salopek se vincula aos primeiros viajantes, enquanto conduz camelos pelo deserto de Afar, na Etiópia.



Migrantes africanos vão à orla da cidade de Djibuti e tentam captar o sinal de celular mais barato da vizinha Somália. Há mais de 60 mil anos, nossa espécie apoia-se nessas conexões sociais íntimas para se difundir pela Terra.



PELO MUNDO AFORA | Primeiro capítulo



PARA
LONGE
DO
ÉDEN

POR PAUL SALOPEK FOTOS DE JOHN STANMEYER

Andar é cair para a frente.

Cada passo é uma queda interrompida, um colapso evitado, um desastre contido. Por isso, o ato de andar é também um ato de fé. Um milagre em dois tempos – um ritmo binário, com um momento de contenção e outro de liberação.

Ao longo dos próximos sete anos, vou tomar para diante incontáveis vezes à medida que cruzar o mundo. Comecei uma longa jornada. Estou no encaço de uma ideia, um relato, uma quimera, talvez uma miragem. Em busca de fantasmas. Partindo do berço da humanidade, no Grande Vale Rift, no leste da África, vou refazer, passo a passo, o caminho dos nossos ancestrais que primeiro saíram a explorar a Terra, há pelo menos 60 mil anos. De longe, essa foi a maior aventura empreendida pela nossa espécie. Não pelo fato de termos conquistado o planeta. Não. Mas pelo fato de que os *Homo sapiens* que pela primeira vez abandonaram o continente materno – nômades pioneiros, que não passavam, no to-

tal, de algumas centenas de indivíduos – também nos legaram as qualidades mais sutis que hoje associamos à condição humana: a linguagem complexa, o pensamento abstrato, a compulsão artística, o talento para a inovação tecnológica e a enorme variedade genética e cultural das atuais populações. Sabemos pouco sobre esse grupo. Sabemos que cruzaram o estreito de Bab el Mandeb – o “portal da dor”, que separa a África da Arábia – e depois se espalharam – em apenas 2,5 mil gerações, um piscar de olhos em termos geológicos – por todos os cantos do globo.

Milênios depois, sigo os passos deles.

Orientado por indícios fósseis e pela vibrante ciência da “genografia” – uma disciplina que pesquisa o DNA das populações existentes em busca de mutações úteis para a reconstituição de antigas diásporas –, estou a caminho do norte, andando desde a África até o Oriente Médio. De lá, a minha rota primordial toma o rumo leste, através das grandes planícies pedregosas da Ásia,

e chega à China, onde volta a seguir para o norte pelas impecáveis sombras azuladas da Sibéria. Na Rússia, vou embarcar em um navio para alcançar o Alasca e começar a palmilhar pouco a pouco a costa ocidental do Novo Mundo até a ventosa Terra do Fogo, o derradeiro horizonte continental da nossa espécie. No total, uma bela caminhada de 33 mil quilômetros.

Se você me perguntar, eu direi que decidi reatizar esse projeto, que batizei de Caminhada para Longe do Éden (em inglês, Out of Eden Walk), por vários motivos: para reaprender os contornos do nosso planeta na velocidade humana de 5 quilômetros por hora. Para viver em um ritmo mais lento. Para pensar. Para escrever. Para relatar os acontecimentos atuais como uma forma de peregrinação. Minha esperança é recuperar conexões importantes que se perderam devido à aceleração artificial, à falta de atenção. Eu ando, como todo o mundo faz, para ver o que há mais além. Ando para me lembrar.

As trilhas que cruzam os desertos etíopes são as marcas humanas mais antigas que conhecemos. As pessoas continuam a percorrê-las: os famintos, os miseráveis, os deslocados pelo clima, homens e mulheres forçados a caminhar como sonâmbulos para longe da guerra. Quase 1 bilhão de pessoas estão, neste momento, em trânsito ao redor do planeta. Estamos vivendo a maior migração em massa que nossa espécie já conheceu. Como sempre, o destino final continua obscuro. Na cidade de Djibuti, imigrantes ficam à noite acenando com os celulares em praias cobertas de lixo. Eles tentam captar o sinal barato da vizinha Somália. É uma cena estranha, triste e curiosamente bela. Depois de 600 séculos, ainda estamos buscando orientação, e até mesmo salvação, junto àqueles que por aqui passaram.

Herto Bouri, Etiópia

“Para onde está caminhando?”, perguntam os pastores da região de Afar. “Norte... Para o Djibuti.” (Melhor não mencionar a Terra do Fogo. É longe demais – não faria o menor sentido.)

“Está louco? Está passando bem?”

Em resposta, Mohamed Elema Hessian – rijo e vigoroso, o sujeito perfeito para a tarefa, um ma-

landro encantador, meu guia e protetor durante a travessia do escaldante Triângulo de Afar – ri com tanto gosto que mal consegue se manter de pé. Cabe a ele conduzir a nossa pequena caravana, formada por apenas dois camelos. Já havia presenciado sua gargalhada muitas vezes. Andar durante sete anos! Atravessar três continentes! Aguentar a solidão, a incerteza, os temores, o cansaço, a confusão – tudo isso por um punhado de ideias, palavras e concepções científicas e literárias. Ele aprecia o despropósito disso. O que é bem adequado. Sobretudo devido à maneira ridícula pela qual iniciamos o projeto.

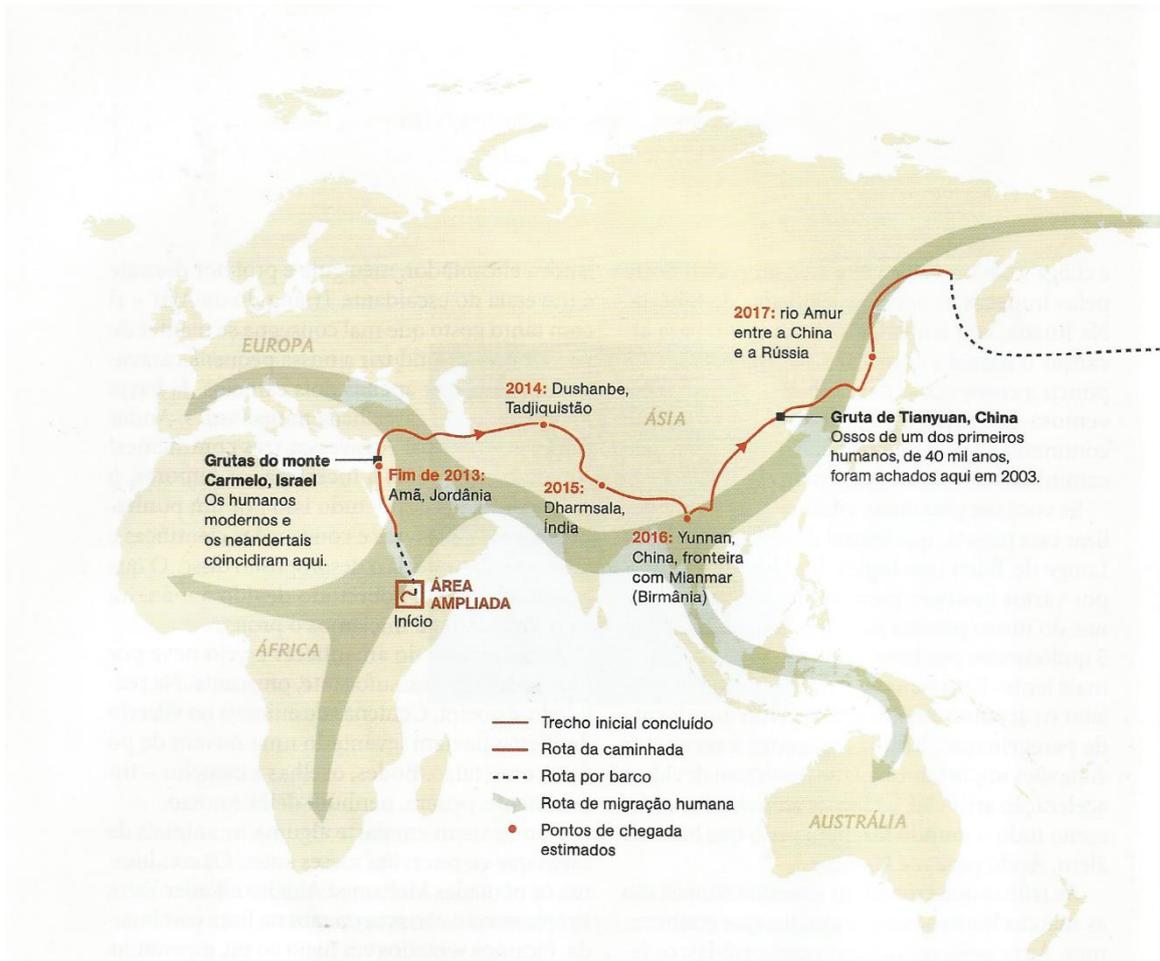
Acordo antes do amanhecer e vejo neve por todo lado: espessa, sufocante, ofuscante. Na realidade, é poeira. Centenas de animais no vilarejo de Elema haviam levantado uma nuvem de pó fino como talco. Bodes, ovelhas e camelos – infelizmente, porém, nenhum deles é nosso.

Não se veem em parte alguma os animais de carga que eu reservara meses antes. Os condutores, os nômades Mohamed Aidahis e Kader Yarri, simplesmente não apareceram na hora combinada. Ficamos sentados em meio ao pó, esperando. O Sol surge. Pouco a pouco, vai esquentando. As moscas começam a zumbir. A leste, no outro lado do Rift, a nossa primeira fronteira, o Djibuti, recua ao ritmo de 2 centímetros por ano – a velocidade com que a península Arábica se afasta do continente africano.

Está louco? Está passando bem? Sim? Não?

O Triângulo de Afar, no nordeste da Etiópia, é uma região apavorante. Temperaturas de 49 °C. Depressões salinas tão brilhantes que queimam os olhos. No entanto, nesse dia chove. Não temos barracas à prova d'água. Apenas uma bandeira etíope, na qual Elema se enrola ao caminhar. Afinal achamos e alugamos dois camelos, para avançar com dificuldade por uma planície que adquire um tom chocolate com a chuva quente.

Depois de 20 quilômetros, Elema começa a suplicar que a gente dê meia-volta. Ele esqueceu os tênis americanos novos. E a lanterna. E o chapéu – e o celular. Por isso, ele arruma uma carona desde o nosso primeiro acampamento até o seu vilarejo a fim de buscar esses itens indispensáveis. Depois vem correndo pelo caminho



A LONGA TRAVESSIA

O *Homo sapiens* iniciou a exploração da Terra há 60 mil anos, saindo da Etiópia e chegando até a América do Sul. Para reconstituir essa grande migração humana, o escritor Paul Salopek irá caminhar durante sete anos – 33 mil quilômetros através de quatro continentes. Salopek usará os mais recentes achados fósseis e conhecimentos genéticos para definir a sua rota. O registro de suas andanças está sendo atualizado no site americano outofedenwalk.nationalgeographic.com

TRECHO INICIAL NA ÁFRICA

Salopek começou a caminhada no que chamou de “marco zero da humanidade” – o sítio arqueológico de Herto Bouri, onde foram exumados alguns dos mais antigos ossos humanos, de 160 mil anos atrás. Com a ajuda de guias e dois camelos, depois de 43 dias e 640 quilômetros, ele chegou à costa do Djibuti, no local onde os primeiros humanos deixaram a África em sua dispersão pelo mundo.





de volta para compensar. E aí se queixa, rindo, de ter ficado com a virilha toda irritada.

Não dá para lembrar todos os detalhes quando se parte em uma caminhada dessa dimensão. Eu mesmo esqueci várias coisas – sacolas de náilon, por exemplo. Por causa disso, começo a minha caminhada na África com a bagagem típica de avião: uma mala urbana com rodinhas, amarrada ao dorso de um camelo.

Foram os cientistas do projeto Médio Awash que nos convidaram a iniciar a jornada em Herto Bouri, nosso marco zero no Rift etíope. Esse é o famoso local em que foram achados alguns dos mais antigos fósseis humanos. *Homo sapiens idaltu*, extinto há 160 mil anos. Um ancestral de ossos largos, uma versão inicial dos humanos.

Os pesquisadores do projeto descobriram na Etiópia muitos dos mais importantes fósseis ho-

minídeos da nossa época, entre os quais o *Ardipithecus ramidus*, um bípede de 4,4 milhões de idade. O meu imprevisível guia afar, Elema, é um veterano caçador de fósseis para a equipe.

Criado em uma cultura nômade temida por seus guerreiros intrépidos, Elema fala três línguas – afar, amárico e um desbocado patoá inglês que aprendeu com os cientistas do projeto. Ele próprio é uma espécie de paleontologista. Exclama “Uau”, “Olha que fantástico” e “Santo Deus” enquanto vai identificando as camadas geológicas cruciais. (A mim ele chama, não sem carinho, de Bundão Branco, enquanto eu o chamo, com igual carinho e fazendo referência à constante irritação de sua pele, de Bundão Assado.) Ele é o *balabat*, o líder tradicional, do clã afar Bouri-Modaitu. No celular dele, a agenda de contatos guarda os números tanto de nobres etíopes como de acadêmicos franceses. Educado até a oitava série nas escolas do imperador Haile Selassie, ele é capaz de transitar entre mais culturas do que um antropólogo. O homem é um fenômeno.

Estamos acampados em Aduma quando os cientistas do projeto nos encontram. Vêm nos buscar para que conheçamos um sítio arqueológico da Idade da Pedra Intermediária. “Esses utensílios ainda são um pouco incipientes para o pessoal cujos passos você está seguindo”, comenta o etíope Yonatan Sahle. “No entanto, a tecnologia deles era, no fundo, igualmente avançada. Eles produziam armas de arremesso que lhes permitiam se impor a outros hominídeos que encontraram fora da África.”

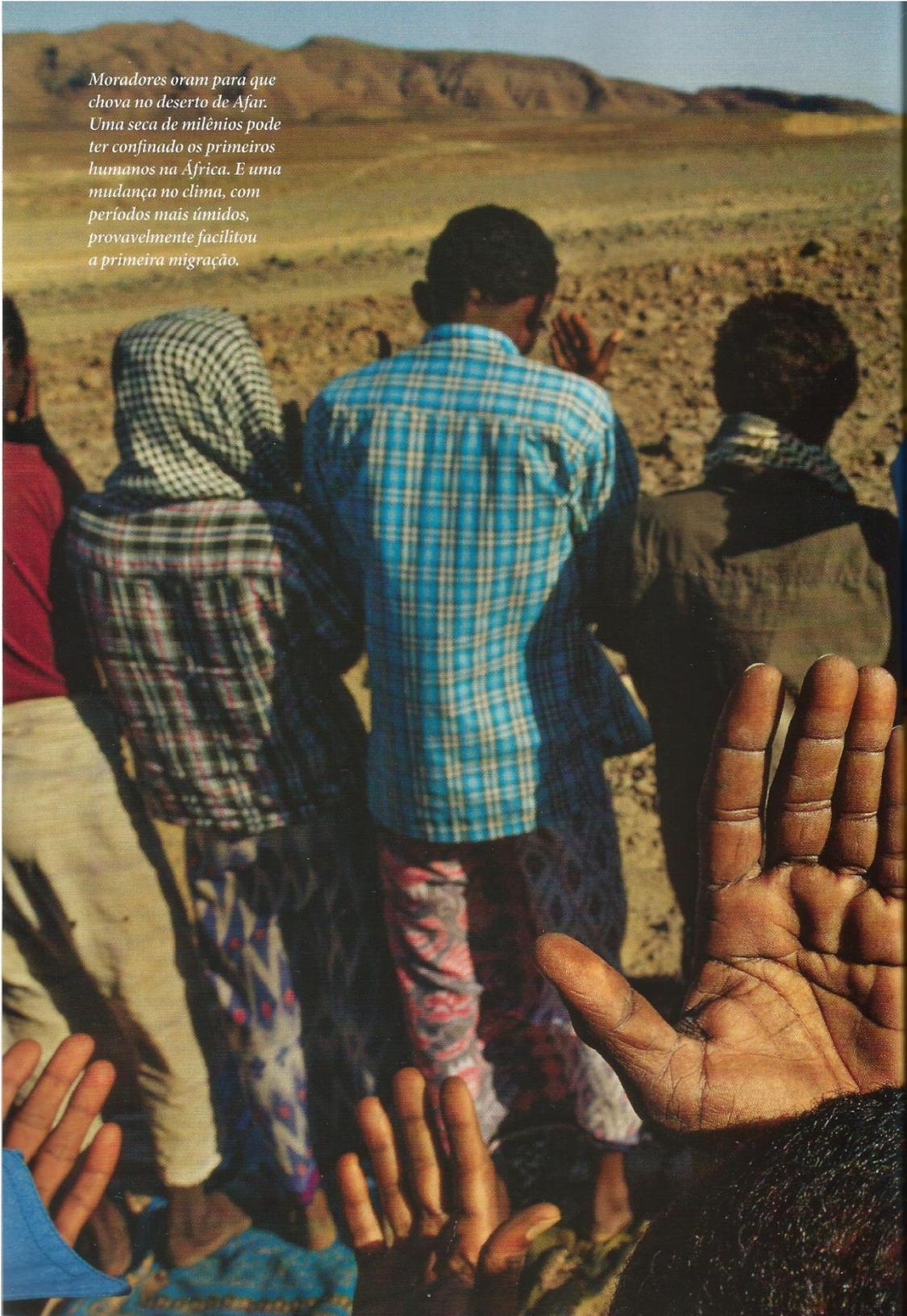
Estamos examinando peças com idade entre 80 mil e 100 mil anos quando ouvimos gritos ao longe. Uma mulher afar vem andando pelo deserto. De onde ela saiu? Ela avança resoluta até um sujeito que tira uma soneca no chão. E dá um chute forte no homem. Aí agarra uma pedra – uma ferramenta da Idade da Pedra, talvez – e ameaça arrebentar-lhe a cabeça. Está cobrando uma dívida? Ou é uma questão amorosa?

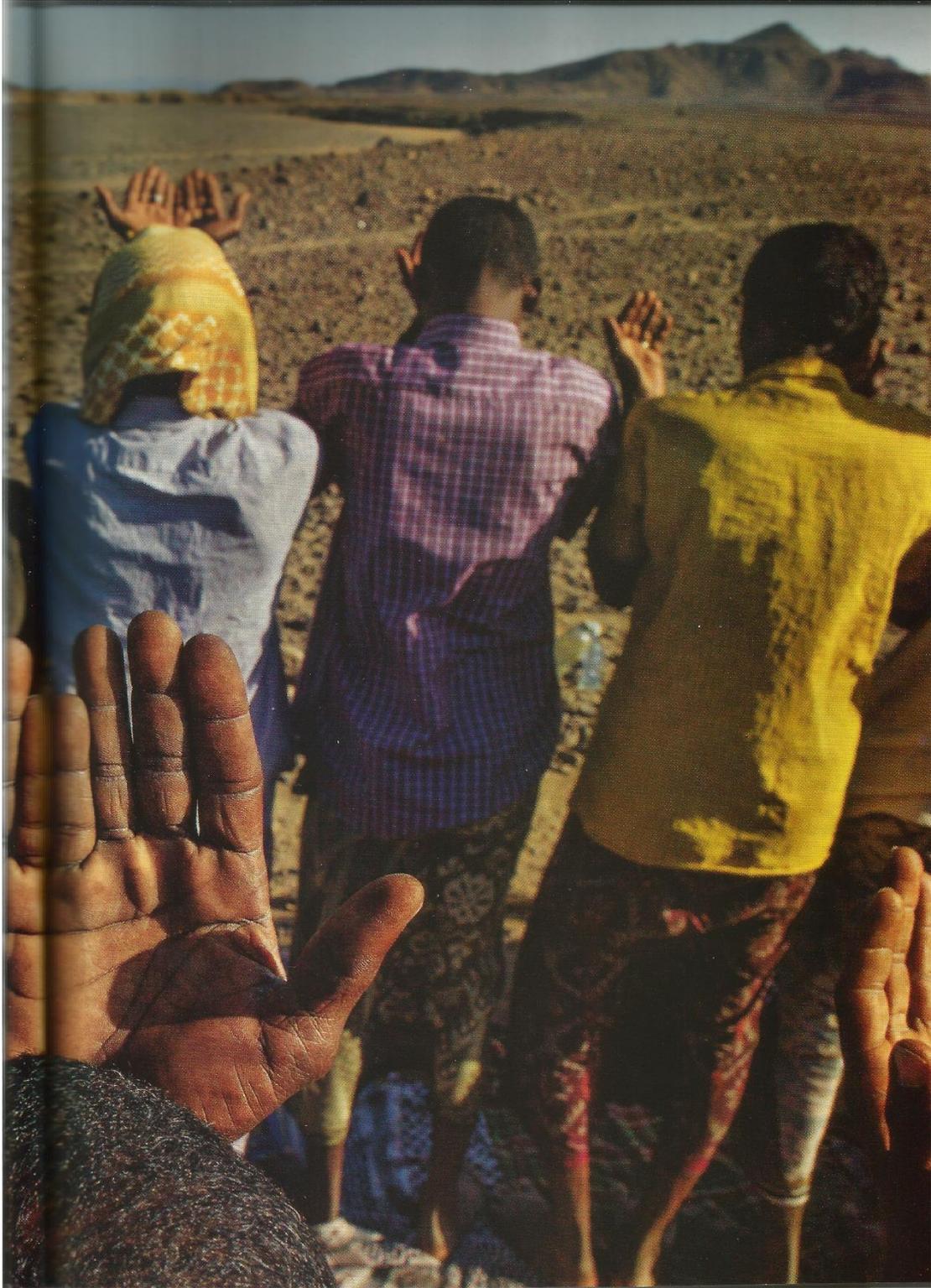
Ouçó a vítima gargalhando. Já ouvi esse riso maníaco. É ele mesmo, o meu guia, aquele que vai me levar até o Djibuti, até o golfo de Aden.

Dalifagi, Etiópia

No Triângulo de Afar, na Etiópia, a água é tão preciosa quanto o ouro. Não admira. Esse é um dos desertos mais quentes do planeta. Andando três dias junto à escarpa ocidental do Grande Vale Rift, Elema e eu topamos com uma única

Moradores oram para que chova no deserto de Afar. Uma seca de milênios pode ter confinado os primeiros humanos na África. E uma mudança no clima, com períodos mais úmidos, provavelmente facilitou a primeira migração.





e milagrosa lagoa de água lamacenta para aliviar a sede dos camelos. No dia seguinte, porém, tropeçamos em um novo tipo de cacimba – um ansioso oásis de elétrons, o vilarejo de Dalifagi.

As imensas paisagens salinas que recobrem as fronteiras da Etiópia, do Djibuti e da Eritreia começaram a ser mapeadas na década de 1920. Durante séculos, os pastores afar que dominavam a região resistiram a todas as incursões do mundo externo. Hoje, contudo, além de seu armamento usual de adagas e fuzis Kalashnikov, não se separam jamais de seus celulares. “Deu poder a eles”, diz Mulukan Ayalu, 23 anos, um técnico do governo etíope que cuida da minúscula usina elétrica de Dalifagi. “Eles ligam para diferentes

do de cabeça no mundo digital. Com aspirações explosivas. E consequências insondáveis.

Perto do rio Talalak, Etiópia

O calçado é um dos elementos primordiais da identidade moderna. Como vislumbrar os valores de um indivíduo do século 21? Basta olhar para os pés – e não para os seus olhos.

No “norte global” rico, onde a indústria da moda atende a todo capricho e vaidade, os sapatos anunciam a classe social, a profissão e até mesmo a preferência sexual da pessoa. Por tudo isso, é desorientador andar por uma paisagem na qual os seres humanos – milhões de mulheres, homens e crianças – passam o dia com o mesmo



Kanro Kairanto, do projeto Médio Awash, revolve a terra perto de Herto Bouri, o ponto de partida de Salopek, em busca de ossos. O escritor apreciou “a força extraordinária” de seus camelos e recompensou um deles, A'urta, com uma massagem.

negociantes de cabras. Com isso, podem decidir os melhores preços de venda.”

Em Dalifagi, o gerador movido a óleo diesel produz uma corrente de 220 volts durante seis horas por dia. Ayalu recarrega as baterias dos celulares dos nômades em troca de alguns centavos. Nas segundas, dia de feira, filas de homens grisalhos se formam diante do seu escritório. As dobras de suas túnicas ficam estufadas com tantos celulares descarregados de vizinhos distantes.

O oásis eletrônico de Dalifagi jamais atrairia turistas, mas hoje é um elemento crucial da vida na África subsaariana. Uma região com 900 milhões de habitantes, que está mergulhan-

do tipo de calçado: as baratas, onipresentes e versáteis sandálias etíopes. A pobreza determina a demanda. A marca aqui é a da necessidade.

Disponíveis em uma gama limitada de cores, esses humildes chinelos de borracha são um triunfo da inventividade local. O custo de fabricação é ínfimo – um par pode ser comprado com a remuneração de um dia de trabalho no campo (algo em torno de 2 dólares). Eles são frescos, permitindo que o ar circule pelos pés na superfície escaldante do deserto. Não pesam nada. São recicláveis. E podem ser consertados em qualquer lugar: os donos derretem as tiras de plástico no fogo e as reparam com facilidade.

**O MUNDO MUDA
QUANDO ESTAMOS
SEDENTOS. ELE
ENCOLHE E PERDE
PROFUNDIDADE.
O DESERTO NOS
APERTA COMO SE
FOSSE UM LAÇO.**

A nossa caravana binária de camelos – os animais têm os nomes de A'urta (Trocado por uma Vaca) e Suma'atuli (Marcado na Orelha) – foi afinal alcançada pelos dois condutores desaparecidos, Mohamed Aidahis e Kader Yarri. Impossibilitados de nos encontrar no ponto de partida, em Herto Bouri, os dois percorreram quilômetros de depressões pedregosas e terrenos irregulares em dias de caminhada acelerada. Seguindo o costume local, nenhuma explicação foi pedida ou dada sobre os motivos da ausência de uma semana. Haviam se atrasado. Agora estão ali. Cada qual usa uma sandália. Verde-limão.

A poeira do Rift é um palimpsesto estampado pela sola dos chinelos. Se as sandálias da Etiópia são fabricadas em massa, o mesmo não se dá com os seus usuários. Um sujeito talvez arraste o pé esquerdo. Já aquela mulher talvez tenha ferido a sola do pé direito ao pisar sobre brasas.

Dias antes, Elema havia se ajoelhado na trilha para examinar essa interminável sequência de impressões. “La'ad Howeni vai nos encontrar em Dalifagi”, previu, apontando para a marca de uma única sandália. De fato, Howeni nos esperava lá.

Perto de Hadar, Etiópia

Estamos seguindo na direção de Warenso.

O mundo é bem diferente quando se está com sede. Ele encolhe. Perde toda a profundidade. O horizonte fica mais próximo. No norte da Etiópia, a Terra encosta no céu, dura e lisa como a superfície de um crânio. O deserto se contrai ao nosso redor como um laço. Esse é o cérebro sedento, comprimindo as distâncias do Rift, absorvendo os quilômetros com os olhos, sondando a terra em busca do menor indício de água.

Nada mais importa.

Elema e eu seguimos por mais de 32 quilômetros sob o calor opressivo. Separamo-nos dos camelos com as cargas para visitar um sítio arqueológico: Gona, o local onde foram achados os utensílios de pedra mais antigos que conhecemos (com 2,6 milhões de anos). Nossos cantis estão vazios. Somos tomados por uma sensação de desconforto e ansiedade. Mal trocamos palavras. Os raios do Sol penetram como saca-rolhas em minha cabeça. Como reza um ditado afar,

quando se está perdido ou sedento, o melhor é continuar andando, pois no final alguém vai localizá-lo. Sucumbir à tentação da sombra, buscar abrigo sob um dos 10 mil arbustos espinhosos, é morte certa: ninguém vai encontrá-lo ali. Assim, prosseguimos cambaleando na tarde ofuscante. Até que ouvimos o débil balido de cabras. Aí sorrimos. Se há cabras, há gente.

Nossos hospedeiros são uma família afar acampada em uma colina. Duas jovens fortes e sorridentes. Oito crianças em andrajos, que no passado distante foram roupas. E uma mulher velhíssima, curvada como um gnomo à sombra de uma esteira de junco. O nome dela é Hasna. Está sentada ali, tecendo com dedos finos e compridos, desde o início dos tempos. Ela nos convida a sentar, descansar os ossos, tirar os sapatos. De um latão sovado, nos serve água – leitosa e quente, tão salgada e alcalina que escorrega pela minha garganta como sabão, mas ainda assim muito bem-vinda. Ela também nos oferece um punhado de frutinhas amarelas de uma árvore silvestre. Ela é a nossa mãe.

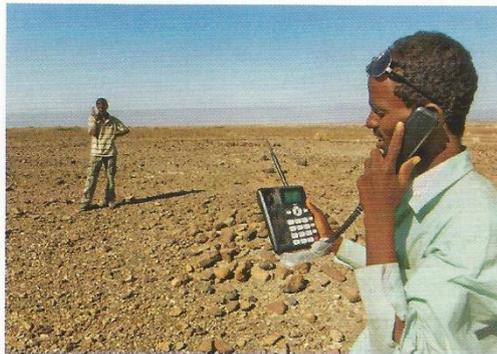
Em suas perambulações, quando deixaram a África 60 mil ou mais anos atrás, nossos antepassados toparam com outras espécies de homínídeos. Na época, o mundo estava cheio desses primos estranhos: *Homo neanderthalensis*, *Homo floresiensis*, os denisovanos e talvez outros povos.

Nas ocasiões em que os encontramos, talvez em uma situação parecida com essa, no topo de uma colina remota, será que compartilhamos a nossa reserva de água ou nos acasalamos uns com os outros, pacificamente, como sugerem alguns geneticistas? (Fora da África, as populações de humanos modernos parecem conter

até 2,5% do DNA dos neandertais.) Ou será que os violentamos e massacrados, inaugurando a longa e terrível história de genocídio que marca a nossa espécie? Para os cientistas, esse ainda é um enigma em aberto. Tudo o que sabemos é que só restou a nossa espécie para reivindicar a Terra. Nós conquistamos o planeta. Mas pagamos um preço: não mais contamos com parentes próximos. Somos uma espécie roída pela culpa do sobrevivente. Somos os símios solitários.

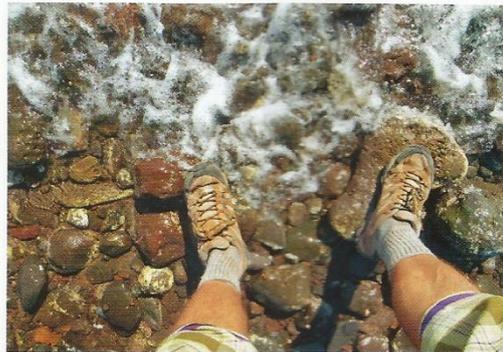
A voz de Hasna me embala e caio no sono.

Quando desperto, Elema está agachado, conversando aos sussurros com os homens do acampamento nômade. Eles haviam retornado com os seus rebanhos. Nós nos cumprimentamos.



seqüência de vilarejos movimentados. Poeira e diesel. Bares. Vendas com balcões de madeira crua. Guirlandas de canecas de lata tilintando ao vento no lado de fora das portas.

Então, próximo a Dubti, surge um mar de cana-de-açúcar. Quilômetros de irrigação industrial. Canais. Obras de transposição fluvial. Campos terraplenados. Esse é o complexo de produção de açúcar Tendaho, um projeto conjunto etíope-indiano que está fazendo florescer o Triângulo de Afar. Nada menos que 50 mil imigrantes logo estarão trabalhando ali, cultivando 485 quilômetros quadrados do deserto, que foi raspado, terraplenado, modelado e irrigado com as águas do rio Awash com o objetivo de garantir



Os preços dos camelos, as notícias da política, as fofocas familiares – tudo passa pelo "celular do deserto" levado pelo guia de Salopek no Djibuti. Quando o jornalista chegou ao litoral, refrescou suas botas nas ondas do golfo de Aden.

Deixamos pacotes de biscoitos para a sorridente Hasna e retomamos a caminhada. Estamos com pressa de reencontrar os camelos e seguir para Warenso. De noite, enquanto bebericamos nosso presente de água salgada ao redor do fogo, Elema conta que foi ameaçado pelos homens no acampamento de Hasna. Não pertenciam ao seu clã.

Dubti, Etiópia

Indo para o norte e depois para o leste, deixamos para trás o deserto e entramos direto no Antropoceno – a era dos humanos modernos.

Aparece o asfalto: a rodovia Djibuti-Etiópia, vibrando com os caminhões. Passamos por uma

que o café e o chá do mundo sejam adoçados. Se tudo der certo, o complexo pode transformar a Etiópia no sexto maior produtor mundial de açúcar. E, com isso, reduzir a dependência do país da ajuda externa – uma coisa boa, portanto.

Todavia, nem sempre os benefícios do progresso econômico são compartilhados de modo equitativo por todos os envolvidos. Sempre há ganhadores e perdedores em projetos desse tipo. Aqui, no caso, uma das perdedoras é uma inteligente menina afar. Vestida com uma túnica vermelha, ela está de pé junto a uma nova barragem. Retira água do que costumava ser o rio Awash. "A empresa nos obrigou a deixar as

nossas terras”, conta ela, agitando os braços na direção do imenso canal. “Há um pouco de trabalho para nós, de Afar, mas sempre do tipo mais subalterno. Para vigiar. Ou escavar a terra.”

O salário normal no complexo açucareiro gira em torno de 20 dólares mensais. Segundo a jovem, a polícia foi mobilizada para retirar os que se recusavam a mudar. Houve troca de tiros. E o sangue foi derramado em ambos os lados.

Desde quando acontece isso? Essa é uma das histórias mais antigas do mundo.

Quem são os milhões de pessoas que hoje têm de abdicar de seu ganha-pão – agricultores irlandeses na União Europeia, índios brasileiros – em favor de uma causa comum abstrata? É impossível acompanhar essa questão. A humanidade refaz o mundo de acordo com ciclos de mudanças cada vez mais aceleradas e que carregam para longe tanto as histórias como a camada superficial dos nossos solos. As surpreendentes e drásticas mudanças da nossa época destroem a memória coletiva e rompem as cadeias de responsabilidade. (O que nos incomoda tanto nos subúrbios americanos? Não é apenas a sua homogeneidade, mas a ausência do tempo. Sentimos falta de um passado em nossas paisagens.)

Dubti é hoje uma movimentada terra da promessa. Os etíopes estão afluindo para cá, trazendo novas esperanças, gostos, ambições, vozes e um novo futuro – uma nova história.

Em Dishoto, outro vilarejo que serve de escala para caminhoneiros, recarrego o meu notebook em um posto da polícia. Os militares são todos de fora do Afar: vieram do planalto, do sul do país. São amistosos, curiosos, generosos. Não se cansam de oferecer chá para Elema e para mim. Um chá viscoso de tão açucarado. A conversa é interrompida por anúncios do governo na televisão. Os policiais prestam atenção nessa propaganda de um novo país, com a trilha sonora embalando imagens de minas a céu aberto, abertura de estradas, gente trabalhando em laboratórios médicos. Voltamos a caminhar.

O romancista tcheco Milan Kundera certa vez escreveu que a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento. O nome da menina afar é Dahara. Ela tem 15 anos.

SEGUINDO PARA O NORTE E DEPOIS PARA LESTE, DEIXAMOS PARA TRÁS O DESERTO E ADENTRAMOS A ERA DOS HUMANOS MODERNOS.

Perto da divisa Etiópia-Djibuti

Montamos as barracas na encosta do monte Fattuma, uma sentinela basáltica sobre as trilhas de caravanas, que se entrelaçam rumo a leste e ao antigo sultanato litorâneo de Tadjoura. A minúscula República do Djibuti estende-se mais abaixo: uma planície escaldada, ainda mais quente e árida do que o deserto etíope, com leitos secos de lagos repletos de sal, escarpas cinzentas e outros nômades afares – pastores separados de seus parentes etíopes por uma fronteira colonial, falantes de um francês capenga.

E é aqui que começo a me despedir dos condutores de camelo de Herto Bouri.

Elema, Yarri e Aidahis afirmam que estão prontos para seguir adiante. Gostariam de me acompanhar até as praias do golfo de Áden. Mas isso é impossível. Dois deles não têm passaporte – nem qualquer outro tipo de documento. “Tudo isso é território afar!”, protestam. Além disso, Elema não está passando bem. Dá as ordens para o carregamento dos camelos estirado sob o *shire*, o seu sarongue, que estendeu sobre a cabeça como um lençol. Dali a algumas horas, iríamos nos separar no feio vilarejo fronteiriço de Howle.

O que significa andar pelo mundo?

São manhãs nas quais se abrem os olhos para um céu imaculado, dia após dia. Um vazio claro que, por um momento fugidio, logo que despertamos, nos arrebatava. É a nitidez da fome, uma transparência que parece soprada pelo vento. Ontem percorremos 29 quilômetros com uma única tigela de macarrão e um punhado de biscoitos. Minha aliança, antes apertada, agora bamboleia frouxa no dedo. Andar é aprender a ler a paisagem com o corpo inteiro, com a pele,



e não só com os olhos – vislumbrando alimento para os camelos em arbustos, a aproximação da poeira no cheiro do vento, a água preciosa nas dobras do terreno. É contemplar a eternidade da África escoando no ritmo das passadas e chegar à vaga conclusão de que, mesmo a 5 quilômetros por hora, ainda estamos nos movendo rápido demais. É o compartilhamento da jornada.

Mohamed Aidahis: um modo de andar vigoroso, bom para esmagar formigas. Kader Yar-

Para acompanhar a viagem de Paul Salopek e fazer comentários, acesse outofedenwalk.nationalgeographic.com. Ou siga-o no Twitter, em @outofedenwalk

ri: desconexão de marionete nos passos de um homem magérrimo. Mohamed Elema: o andar elástico de um dançarino. Nos melhores momentos, nós, os quatro caminhantes, reconhecemos a nossa imensa boa sorte. Descemos ricocheteando por trilhas montanhosas, quase correndo, com o deserto etíope refulgindo a nossos pés. Fazemos nossas vozes ecoarem em desfiladeiros de rochas escuras, competindo para ver quem consegue o melhor som. Em seguida, nossos olhares se cruzam, três fulanos de Afar e um sujeito do outro lado do mundo, e sorrimos como crianças. Somos tomados de alegria e irrompemos a cantar. Vou sentir saudades desses três.



Dezenas de cadáveres foram vistos ao longo do trajeto – como este, em um campo de lava no Djibuti. Todos africanos mortos na tentativa de atravessar o deserto brutal, movidos pelo sonho de encontrar trabalho no Oriente Médio.

Campo de lava de Ardoukoba, Djibuti

Os mortos aparecem no 42º dia de caminhada. São cinco, seis, sete – mulheres e homens estatelados de rosto para cima e de bruços, sobre a planície de lava negra, como se tivessem caído do céu. Quase todos estão nus. Arrancaram as roupas em um derradeiro espasmo de loucura. Sandálias, calças, sutiãs, mochilas baratas – os pertences jazem dispersos, desbotados e alvejados pelo Sol até adquirirem o tom cinza-pálido das coisas submersas. Os cães selvagens que vêm à noite já levaram as mãos, os pés. Talvez fossem etíopes. Ou somalis. Alguns, provavelmente, eram da Eritreia. Estavam seguindo para o leste.

Isso é o que agora os une aos silêncios minerais do deserto: estavam a caminho do golfo de Áden – dos barcos abertos dos iemenitas, que fazem o transporte clandestino dos africanos miseráveis que cobiçam trabalhos de peão no Oriente Médio. Quantos desses migrantes morrem no Triângulo de Afar? Ninguém sabe. A cada ano, pelo menos 100 mil tentam a travessia para a península Arábica. São perseguidos pela polícia. Acabam se perdendo e morrem de sede.

“Um crime!”, exclama Houssain Mohamed Houssain para mim. “Uma desgraça!” Houssain é o meu guia no Djibuti. Um sujeito decente. Está furioso e talvez envergonhado. Anda bem mais à frente, arremetendo com o bastão de caminhada contra o céu claro. Fico para trás. Limpo o suor ao redor dos olhos e examino os mortos.

A conta é simples: 93% de todos os seres humanos que nasceram na Terra – mais de 100 bilhões de pessoas – já se foram. A maior parte da humanidade já desapareceu. A maior parte dos nossos sofrimentos e triunfos ficou para trás. Nós os abandonamos todos os dias no deserto do passado. E é bom que seja assim. Pois, mesmo que tenha dito antes que estou caminhando para lembrar, essa não é toda a verdade. Enquanto reencenamos a descoberta do planeta uma vez após a outra, a fim de podermos seguir adiante – persistir, e não largar o corpo –, também é preciso embarcar em viagens de esquecimento. Houssain parece saber isso. Ele nunca olha para trás.

No dia seguinte, avistamos o golfo de Áden.

Uma praia de pedregulhos cinzentos. Ondas de prata batida. Cumprimentamos-nos com um aperto de mãos. Rímos. Houssain abre um saco de tâmaras que havia guardado. É uma celebração. Estamos na borda da África. O mar também está caminhando – sem parar ele tomba para a frente sobre a África e depois recua, arrastando tudo para o Oriente... Para o Iêmen e a costa de Tihamah, para os arroxeados vales do Himalaia, para o gelo, para o nascer do Sol, para o coração de povos desconhecidos. Estou feliz. É o que anoto no diário: estou feliz.

Corajosos viajantes que morreram no deserto: vocês quase conseguiram. Tombaram a apenas 5 quilômetros da costa. □